

3x4

Jornal dos alunos do 7.º semestre de Jornalismo Gráfico e Audiovisual da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação - UFRGS

ZELADOR.
THO 74 - G. luxo, herdada: 32 mil. - 3 n.o 600 - Torro.
 3 barato. Rua Ja: apto. 105, Cristal.
 7 L, super equipado, som, reclinaíveis e co. fin. sem aval. Oscar Pereira, n.o CA 434.
 7 - Máximo equip. 2 vid. 1.ª fila amp. t. Lancel de Mo: - Triesteza.
 1300 L 77 sup. inf. Padre Navarro n.o
 56 - Est. novo - 8 n.o 600.
 1300 76, bege, 61, 52.000,00. Félix 549 com Zelador.
 76 - 1600. Par: 4 mil km. ótima lo. Recebo carro o. Dr. João Dutra - Petrópolis.
 77 - Branco - 70. Toda prova - 8 n.o 600.
 B. Landau LTD - 20.000. Selo 20 p. Corte Real, 513.
 IE Landau 76, baixa o novo. Vende-se ou Prof. Langendonck, Itópolis.
 IE LTD Landau como novo tudo o m preço. Rua Bar: f. 335312 M. D.
 4 cil. super novo, c/ garantia, troco, aval. Morelato. - eira, 2655. AVCA 23.654 e 23.7400.
 53 branco 4 m. 4 equipado pneus no preço. Rua Barbe: 335312 - M. Deus.
 NN-GHIA 69, s. in: 22.000,00. Félix de 19 com Zelador.
 ICK 74 - cupê, lu: llas, rodas etc. - 3 n.o 600 - cam: -
 CK V-8, 74, bran: nd. dir. hid. banco s magn. transf. 79 Borger, Fone: 41:
 CK 74 superinteir: seld 18 meses, cil. 5059.
DEDES 230 \$, - lizado, troco, fi: Barbado, 504. - F.: 33-5312.
 10 66 superinteir: ca. Getúlio n.o 9
 mod. 74 2 p. 4 cc - 4m lóia de carro, do 504 fone 335312.
 72 4 p. Acc 3 m. 1 findo bom preço o esp. Rua Bar: fone 335312 - M.
 69 pneus novos no: preço. Rua Barbe: 335312 - M. Deus.
 73 barbada, vendo 1647. Av. Assis apt. 102.
 76 luxo pratica: o 4x4 cupê, aceito Av. Pratas, 5500 - H. C.
 70 - Pintura no: carro inteiro, 24 Ceará n.o 100.
 77, 76, Cupê 4 cil. revisados, com co: co. fin. sem aval. Oscar Pereira, n.o A 434.
 73 cupê Luxo, 4 cil. i. revisado, troco, wal. Morelato. - eira, 2655. AVCA
 74, 71. 4 portas, re: co. fin. sem aval. Oscar Pereira n.o
 76, 40 4 por. bran: vel 55 mil km o esido Cr\$ 70 mil o menor valor F.
 4 cil motor novo, n: ília de fábrica - lix da Cunha, 567.
 cupê 72. 4 cilin: archas, bco, recl: ílmo estado. - o vista, Cristiano 2184. ap. 908.
 78 branco super: dizado c. 17 mil da prova apenas Tr. Cacapava n.o
 TS 79 0 km Pron: aceito trocas fin.

VENDE-SE Opala Cupê, cor vinho, ano 74, ótimo estado de conservação. Av. João Pessoa, 281/601, Ed. Paldium.
VENDE-SE Fuca ano 77 - último estado. 1.300, vermelho. Direção esporte. Tratar Rua Santos Dumont, 1582 - F. 42.0964.
VENDE-SE Corcel 76 último estado. Tratar hoje diretamente proprietário. Fone 335071.
VENDE-SE um Consórcio de Passat. Tratar fone 42.3616, com Cieni.
VENDE-SE Kamann-Ghia TC 72. Precisa reparos Cr\$ 18 mil. Tr. Padre João Batista Réus, 1261. Fone 49-4632 c. ara. Ade.
VENDE um auto DKW, 67 super inteiro. - Tratar Santana, 606.
VENDO VW 1300 L 77 a toda prova, Tratar Av. Bogotá, 22 ap. 104 c. sr. Roberto.
VOLKSWAGEN 44. Original inteiro mot. tetas pneus etc. Barbado. Carvalho de Freitas, 319. Tenésopolis.
VOLKSWAGEN 72 1969, 74 1500 intel valor. Vill 62 casa
VOLKS 79, B. et 1/2 tála, 20h. R. 119. Parte
VOLKS Tratar Ru 6146. apt.
VOLKS baixa km/ som. Bom Dr. João 2. Petrópol.
VOLKS 7 Tratar c. 56, 121 e
VOLKS vários rev Troco, fin fatio. Osc.
VOLKS vários equ Troco, fin. to. Oscar F 434. Fone
VOLKS Aceito fr da Fonto
VOLKS vende de da Cunha,
VOLKS perinteir, Cunha, 661
VOLKS consórcio 60 mil ma aceito car
BARCO de compr: colado 1,80 Goolba), i Direc, m bim de 11: completas pessoas, e banheiro, ros do Su drs.
JOHNSON ludo de 14 soa, 1272.
LANCHA Cessario 128ES motor Hiamaha 25 HP eletr: c, carreta rodoviária - Assis Brasil, 3459.

Caminhões

BOIADEIROS Mercedes, 73 1113 truck, 11m de galola e Dodge 77, 400 diesel, baixa Km, vendo, ac. carro imóvel. Estacionados, P. 30. Cachoeirinha.
F.350 - 75 estado de novo pneus novos, vendo tratar c. propr. Av. do Forte 846 - AVCA 247.
SCANIA ano 76 com car: rreta trigráfica. Recrusal Al-plastik Cr\$ 1.300.000,00. Fone 237428.
CAMIONETAS
BARBADA Variant 70, super inteiro. - Rua Bento Gonçalves, 1024. - Fone 21-4699.
BELINA 75 está nova AVC 12 só domingo todo dia. Ocasão urgente equipada, par: go TRU 79. R. Duque de Caxias, 309 apto. 303.
BELINA II LDO 78, 17.000

Trailer

TRAILER Comercial Kil: apr. Tudo equipado. Rua Silve Jardim, 92.
MÁQUINAS & MOTORES
MÁQ. DE COSTURA
BARBADA - Singer Fa: cilia 4.200; fogão Geral 1.200. Tr. hoje. Prof. Alves, 1710 - ap. 2.

SIDE-CAR

SIDE-CAR para motocic: listas, Exposição e vendas MAA Máquinas e Motores Ltda. - Rua Hoffmann, 511. Fones 27-9606.
SUZUKI RV-90 1975 nov: nha, pneus baldes, Honda, ST-70 1973 Fone: 49-7765.
YAMAHA, Honda - Compr, veja quanto pago à vista: 125 - 77 28.000; 78 - 32.000; 79 - 36.000. Só máquinas em bom estado. Fone 23-3936.

Casas

A. A. ATENÇÃO a Rial Imóveis oferece para alugar fina residência com 250m2, Rua Paulo Bento Lobato, 74 no Jardim Lindóla, próximo ao Clube, com hall entrada, living, jantar, 4 amplos dormitórios, banh. soc. e priv.; coz, ampla, dep. empregada; lavand.; churrasq; garagem para 2 carros; e jardim. Aluguel Cr\$ 15.000,00 e encargos - Tratar Assis Brasil, 2897. - C. 201.
ALUGA-SE casa 4 peças, tem água e luz, Av. Valmor Souza, n.o 516, Parada 66 Gravatá, Aluguel 1.200,00 - Vêr no local e tratar Rua 24 de Outubro, n.o 1221 - CRCI 1377.
ALUGO casa 3 quartos, liv., sala jantar, gabinete com lavaria, cozinha montada, armários embutidos, esp. arcon. água quente, gar. 2 carros, depósito, dep. empregada, lavanderia, piscina, amplo jardim, ver Lancel de Moura n.o 15, junto ao Rio Tr. Wenceslau - Escobar, 3130 - R. 2978 Tel. 49-5067 -

Profissionais

ACEITAMOS - n. cuidados pessoais idosos e inval. mens. 1.500. Lobo da Costa 292.
ALUGA-SE consultório dentário completo, turno da manhã. Vigário José Inácio, 566 conj. 401. Tr. c. d. Ana. Fones 37.1916 e 21.4911. - CRECI 4429.
CURSOS & PROF.ºS
AULAS particulares de Francês de tarde ou de noite. Informações P.: 31.34.77.
NEGÓCIOS
ARMAZÉM - Vende-se mov: lio doação. Preço barbada,

Cursos & Prof.ºs

ARMARZÉM - Vende-se mov: lio doação. Preço barbada, -

Av. Farrapos

TERRENO 11 x 35 m na Leopoldo Froes, vendo urgente. Fone 22.9645. Mold. R. 1684.
Av. Ipiranga
APLADA of. apto. 2.º and. desocup. 8 meses const. 2 dorms. liv. cot. banho, a. serv. na J. Semplicio, 587 mil. Entr. 150 mil, a comb. Selo 3.300 mens. Tr. Sat. Brito. 735. 31.3870 e 31.7413 - incl. domingo.
TERRENO 6,60 x 44m na Livramento, vendo 530 mil. Fone 22.9645. - Mold. R. 1684.
Azenha
A CERTA vende na 20 Setembro, ap. JK p/ 370 mil, 10% prop. panga, pode ser RGTS selado Aposul. Tr. O. Aranha n.o 1074. Fone 21.3044.

Boa Vis

A BUENO está apto. novo 2 dor., estar e soc. circulo, soc. coz. área ser empreg. gar. hall festas central de co descoberto prec: c. financ. de 1.010 Carazinho 85 F. 55.
Bonfir
A ABAIXO do mercado apto 2 p Edif. com elevad mil. Tr. Mariano 31-1418 - R. 211
A ABAIXO (150 que vale vendo ur na Felipe Camar mts. d. emp. en 3 armar. mebut. Tr. Mariano, 758 31-1418 - R. 211
A ADQUIRA por último apto. com 2 m2 living (jantar dormitórios, c. arm. banho em mármo c. enorme armar Ar. Mariano 75 31-1418 - R. 211
A BUENO of. o vista panorâmica capital. 255m2 de churrasq. panorâm terrace, s. festas, - 3 banhs., dep. garagem e demais gua quente, gás o teiro eletr. Preço Tr. Cacapava, 26 31.7886 - AN 31.
A BUENO vend: res. 160 m2, 2 d: ving, s. jantar, pregada, área de 20m, biblioteca, l: Inverno ar cond: banho priv. Preço a comb. Tr. Ca: - F.: 31.7886. AJ
A BUENO vende: nobre do bairro, vos, 3 dorm., 3 b: empreg. gar. liv: te dec. levand. 6: gás central, coz. c: v. panorâmica, p: Tr. de 1.500.000, 1.226.000, CEF, p: rende exigível 3: diminuir prest. e: ceitamos seu imó Tr. Cacapava, 262 31.7886. AN T.
A BUENO vende: vo, cobertura c. c: s. festas e 1 quad: pendência, 3 dor: m2, 4 banhs., lav: empregada, garag. (jantar, água quent: tral, port. eletrôn: - Venha conhecer: Capava, 282 - AN 28.
A BUENO vende: vo, financeiro dec: lido a fino gosto, 1.740.000, financ. 1.226.000, 3 dorm: empregada, garag: (jantar, 3 banhs., i: ta, gás central, p: lavand., e demais: rhecer. Tr. Cacac: Fone 31-7886 - A
A BUENO vende: com 286m2 edif. 1: - excel. v. panor: churrasq. v. terraç: (lavand., 3 dorm: empreg. garag. l: (jantar, 3 banhs., i: te, port. eletr.

JORNALISTA

Bacharel em Comunicação Social, recém formado, oferece sua força de trabalho para empresas de rádio, jornal e televisão.

EXIGE:

- Piso salarial de cinco mínimos
- Boas condições de trabalho
- Jornada diária de cinco horas
- Estabilidade no emprego
- Liberdade de expressão e organização

PARA você que quer mudar de ramo ou simplesmente aumentar seus ganhos - Oferecemos ótimo e garantido remuneração em trabalho sério e de fácil aprendizado. Entrevistas em horário comercial c. sr. Arley - Av. Prof. Sílvio Alves 595.
PRECISA-SE balconista - Tratar Av. Goethe n.o 43.
PRECISA-SE de um caseiro para cuidar de um jardim. Solteiro. Dá-se casa e água e luz. Salário a combinar. Exige-se referências. Tr. R. Jacob Vontobel, 313, Dona Libânia.
SAPATEIRO para montagem de balés. Av. Presidente Roosevelt, 529.
SENHORAS para limpeza. Admissão imediata, horário integral. Exige-se que tenha referências. Tratar Luíza Escosteguy, Otávio Rocha, 716.
SOLDASUL necessita motoristas para Kombi de entregas. Tratar Rua São Carlos, 716. Hor. comercial.
 Serv. Doméstica

demais peças, próx. Hosp. Conceição, Rua Francisco Trein n.o 760 a 800. Aluguel a partir de 3.300 e encargos. Tr. diar. Av. Assis Brasil, 2897. - CRECI 201. F. 41-1613.
ALUGAR apto. 2 quartos em lugar, calma Cr\$ 2.700,00. Outro no Menino Deus com 1 quarto, demais peças. Tr. tel. 49-5067 - R. 2928 - Z. Sul.
ALUGA-SE à Rua Fernandes Vieira 101 ap. 301 sem mobiliado com 4 quartos de mais peças e 2 garagens em edifício de alto luxo (250m2) - Tratar no local com proprietário fone 244818.
ALUGA-SE com telefone, luxo, 3 dorms. gar. 2 carros, Carazinho, 101/101. Cr\$ 9 mil. Tr. fone 22.5177.
ALUGA-SE na Barrios Casal, 585 apt. c. 3 quartos e dep. empregada. Aluguel 5.500,00. Tratar no local c. zelador ou pelo f. 31.4294.
ALUGA-SE na Assis Bra-

"A CRÉDITO Real" afuga na São Manoel, 285, depósito com 500m2, forração, 5 banheiro, vestiário, escrit., pé direito 5m, galeria, estacionamento. Aluguel Cr\$ 18.000,00 mais encargos. Tr. Praça XV, 24.
ALUGA-SE - Ótimo depósito com 1.500m2 na Rua Paraíba, 150. Aluguel Cr\$ 60.000,00. Informações fone: 32.20.45.
APLADA alug. excel. depósito 140m2, fto. Prot. Alves, imed. Fiat. 2 banhs. c. azul. estac., rua calçada 5 m pé direito 7 mil. Tratar Sat. Brito. 735 - Fones 31.3870 - 31.7413 - R. 2772.
APLADA alug. excel. depósito na S. Brito, 90m2, com força e pélo. banh., com telefone, 5 mil. Tr. Sat. Brito. 735.
APLADA afuga depósito - 100m2, com força e pélo, na V. Ipiranga, fto. Estr. Forte, 3 mil. Tr. 4 Sat. Brito. 735.
Quartos

nhéiro e demais em r. de todos os rec. comerciais - preços a partir de 509.000 c. 385.565 de financ. área de 339,55 m2 venda ver Tr. Carazinho 85 F: 31-3194 AC 54.
A SOTÉIA vende em rua calma, apto. novo, não habitado, c. 3 dormitórios. banh. priv. dep. compl. empreg. estacionamento. Preço: Cr\$ 1.100 mil. Tratar sábado, domingo e 2.ª feira no local, à Rua Artur Rocha, 353 ou diariamente na Bordini, 12. F.: 22-9425. CRCI 176. (Algarve).
CASA térrea, próx. Grupo Escolar Piratini, Schiller imobiliária of. c/ garagens, gradeada, bom pélo. Living amplo, 2 dormitórios. dep. emp. demais dependências. - Pr. 1.350 mil. Tr. Rua Schiller, 56 ou fone 22.8096. CRCI 220/5.
COBERTURA - A Buono está of. o que há de melhor na localização, com praça, com fronto, sala cozinha-comer: a serviço - de 1.625.000 e financ. - res. Tr. Ca: Fone 31.7886

COBERTURA, a mais bonita e v: ta faixa de preço: c. financiamento, lóris, living 3 am opção p. gabinete o militar. - chaves 23.727. Aceitamos pequeno no negóc:
TRANSIRO auto cobertura gás cen: quente, port. eletr: cabamento, 80 m: proprietário Rua C: Rheingantz 436 ao
Belém Ve
CHACRINHA 28 casa P: 350 mil. Fone, 359/5. Fone 4110.
TERRENO 20 x 100. alto fechado. Fone 239094. CRC
Boa Vis
A BUENO está apto. novo 2 dor., estar e soc. circulo, soc. coz. área ser empreg. gar. hall festas central de co descoberto prec: c. financ. de 1.010 Carazinho 85 F. 55.
Bonfir
A ABAIXO do mercado apto 2 p Edif. com elevad mil. Tr. Mariano 31-1418 - R. 211
A ABAIXO (150 que vale vendo ur na Felipe Camar mts. d. emp. en 3 armar. mebut. Tr. Mariano, 758 31-1418 - R. 211
A ADQUIRA por último apto. com 2 m2 living (jantar dormitórios, c. arm. banho em mármo c. enorme armar Ar. Mariano 75 31-1418 - R. 211
A BUENO of. o vista panorâmica capital. 255m2 de churrasq. panorâm terrace, s. festas, - 3 banhs., dep. garagem e demais gua quente, gás o teiro eletr. Preço Tr. Cacapava, 26 31.7886 - AN 31.
A BUENO vend: res. 160 m2, 2 d: ving, s. jantar, pregada, área de 20m, biblioteca, l: Inverno ar cond: banho priv. Preço a comb. Tr. Ca: - F.: 31.7886. AJ
A BUENO vende: nobre do bairro, vos, 3 dorm., 3 b: empreg. gar. liv: te dec. levand. 6: gás central, coz. c: v. panorâmica, p: Tr. de 1.500.000, 1.226.000, CEF, p: rende exigível 3: diminuir prest. e: ceitamos seu imó Tr. Cacapava, 262 31.7886. AN T.
A BUENO vende: vo, cobertura c. c: s. festas e 1 quad: pendência, 3 dor: m2, 4 banhs., lav: empregada, garag. (jantar, água quent: tral, port. eletrôn: - Venha conhecer: Capava, 282 - AN 28.
A BUENO vende: vo, financeiro dec: lido a fino gosto, 1.740.000, financ. 1.226.000, 3 dorm: empregada, garag: (jantar, 3 banhs., i: ta, gás central, p: lavand., e demais: rhecer. Tr. Cacac: Fone 31-7886 - A
A BUENO vende: com 286m2 edif. 1: - excel. v. panor: churrasq. v. terraç: (lavand., 3 dorm: empreg. garag. l: (jantar, 3 banhs., i: te, port. eletr.

Salários

Quanto ganha um jornalista na capital gaúcha?

O assunto ainda é considerado um tabu. Tanto para os próprios profissionais, como para o sindicato e os patrões.

Um levantamento salarial dos jornalistas que trabalham na imprensa de Porto Alegre revela, em primeiro lugar, um leque salarial que pode oscilar dos Cr\$ 2.500,00 aos Cr\$ 50.000,00 sem incluir as chamadas "estrelas" do jornalismo.

Entre os extremos existe ainda uma divisão de faixas salariais, com oscilações de valores para cada função que ninguém sabe a que ou a quem atribuir essas variações. Nem o próprio sindicato, enquanto órgão representativo da classe, dispõe de um registro estatístico sobre o assunto.

Porém uma pesquisa nas diversas redações dos principais jornais, rádios e televisões revelou que a maioria dos profissionais recebe um salário irrisório para a função e a responsabilidade do trabalho que executa.

O Repórter

O repórter, a figura mais destacada e base de todo o sistema jornalístico, será tomado como ponto de partida. É nesta função onde se encontram as maiores disparidades e onde está localizada a grande maioria da mão de obra.

Nas duas empresas de maior prestígio da capital, Caldas Júnior e RBS, a defasagem salarial do repórter é enorme. No Correio do Povo, um repórter poderá auferir entre Cr\$ 3.600,00 e Cr\$ 8.550,00 por mês com carga horária entre cinco e sete horas durante seis dias na semana, exceção para os que cumprem nove horas diárias, que recebem salários por volta dos 10 mil cruzeiros mensais.

Na Folha da Tarde e na Folha da Manhã, também da Caldas Júnior, os salários dos repórteres podem ser equiparados, mas na "FM" são um pouco mais elevados. O valor médio é de Cr\$ 5.400,00 mensais, com variações mais relacionadas ao número de horas trabalhadas. Os desníveis da categoria também estão ligados aos diversos setores da redação onde o repórter está integrado: Reportagem Geral, Nacional, Internacional, Economia, Variedades, Política, Esportes e Polícia.

Na Zero Hora há uma divisão desta categoria: repórteres A, B, e C (Salário Base + 2 Horas Extras Fixas). Um repórter C ganha em torno dos Cr\$ 5.900,00; um B está pelos Cr\$ 7.800,00 e um A recebe entre Cr\$ 9.800,00 e Cr\$ 10.300,00.

Redação e Edição

A função do redator também não é

fácil de explicar através do salário percebido. Na Caldas Júnior, pode variar de Cr\$ 5.400,00 a Cr\$ 8.550,00. Na Zero Hora ocorre praticamente o mesmo. Já no Diário de Notícias, enquanto um redator ganha entre Cr\$ 2.000,00 e Cr\$ 2.500,00, um repórter recebe Cr\$ 4.000,00.

Na categoria dos editores o caso fica ainda mais complicado. Na Caldas Júnior os salários estão entre os Cr\$ 13.500,00 e os Cr\$ 17.500,00. Na Zero Hora a variação é ainda maior, indo de Cr\$ 12.000,00 a Cr\$ 25.000,00. No Diário de Notícias é fixo: Cr\$ 6.000,00.

Depois dos editores, aparecem os

na faixa extrema inferior situam-se os estagiários, seguidos dos arquivistas, noticiários da Central do Interior, repórter C (no caso da Zero Hora) e repórter de cinco horas na Caldas Júnior, com salários que oscilam entre os Cr\$ 2.600,00 e os Cr\$ 5.500,00. Na faixa extrema superior, com exceção das chefias e editorias especiais, estão os repórteres A e B (Zero Hora), os redatores (nem todos da Caldas Júnior. Na Folha da Tarde alguns ganham como repórteres), os editores e subeditores, chefes e subchefes, com salários entre Cr\$ 8.550,00 e Cr\$ 25.000,00.

nível C diz que redige, edita e, às vezes, tem até responsabilidades de produção de programas por um salário de Cr\$ 5.800,00. Esta rádio, no seu setor de notícias, tem repórteres que trabalham sete horas ganhando os mesmos Cr\$ 5.800,00, chefes de reportagem e editores com Cr\$ 9.600,00. E no departamento de esporte, os repórteres chegam aos Cr\$ 15.000,00, editores com Cr\$ 10.000,00, coordenadores com Cr\$ 15.000,00, comentaristas com Cr\$ 20.000,00 e narradores com Cr\$ 25.000,00. Na Rádio Guaíba, os repórteres de sete horas ganham entre sete e dez mil cruzeiros, os editores 13 mil,

estão bem melhor: no primeiro caso o profissional ganha entre 22 e 50 mil cruzeiros. No segundo, o salário oscila entre 16 e 40 mil cruzeiros.

Na única televisão onde foi possível fazer um levantamento, (o canal 10 - TV Difusora, bem como o canal 5 - TV Piratini - se negaram a prestar quaisquer informações a respeito de salários), o canal 12 - TV Gaúcha, os repórteres estão na faixa dos Cr\$ 6.200,00 a Cr\$ 15.000,00; os redatores oscilam dos Cr\$ 7.600,00 aos Cr\$ 11.000,00; os cinegrafistas ganham de Cr\$ 5.200,00 a Cr\$ 7.600,00; os assistentes de produção em torno de cinco mil cruzeiros e os produtores recebem Cr\$ 8.500,00 para uma jornada diária de seis horas de trabalho.

Sucursais

Na revista Veja, no O Estado de São Paulo, na Manchete e no Globo, os salários recebidos pelos profissionais são elevados, se comparados com os órgãos locais.

O "Estadão" e a Veja pagam entre 20 e 30 mil cruzeiros aos seus repórteres por sete horas de trabalho. Na Manchete e no Globo, os repórteres ganham entre 14 e 15 mil cruzeiros. Os fotógrafos podem ser equiparados aos repórteres. Secretários de redação nas sucursais recebem na faixa entre 40 e 50 mil cruzeiros.

Uma comparação efetiva dos dados "número de horas trabalhadas", "número de jornalistas por faixa salarial" e "salário recebido" fica prejudicada pela própria estrutura de divisão do trabalho que impossibilita uma cobertura total de todos os setores, pessoa a pessoa.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre esteve por iniciar um levantamento através de questionário individual, mas a Comissão de Mercado de Trabalho, que havia assumido esta função, foi dissolvida.



chefes de reportagem com salários variáveis entre os Cr\$ 19.000,00 e Cr\$ 25.000,00, os chefes e subchefes de diagramação e de centrais do interior que, respectivamente, recebem entre Cr\$ 19.000,00 e Cr\$ 27.500,00.

Um resumo muito superficial desta situação resulta no seguinte:

Nos setores de Fotografia e Esporte as variações são maiores e a faixa salarial é, em geral, mais alta.

Rádio e TV

Nas rádios e TVs filiadas às mesmas empresas citadas as diferenças salariais também são imensas.

Na Rádio Gaúcha, uma redatora de

a chefia de reportagem 17 mil, todos no departamento de Jornalismo. Já no departamento de Esportes, os repórteres estão na mesma faixa mas um repórter especial pode chegar aos 14 mil. Os editores recebem, neste departamento, 22 mil cruzeiros. Os comentaristas e narradores esportivos

Jornalista só ganha para comer

A Consolidação das Leis do Trabalho enumera, como necessidades básicas de qualquer pessoa, a alimentação, a habitação, a higiene, o vestuário e o transporte. O jornalista, como qualquer trabalhador, necessita atender todas essas necessidades mínimas de sobrevivência. Para tanto, terá que dispendir Cr\$ 3.000,00 com habitação, que é o custo de um apartamento *quintini*. Na alimentação, considerando que um almoço comercial não sai por menos de Cr\$ 40,00 e a taça, pão e manteiga custa Cr\$ 10,00, gasta um mínimo de Cr\$ 2.700,00. A higiene pessoal não fica por menos de Cr\$ 300,00 e a roupa, em média, exige um gasto mensal de Cr\$ 1.000,00. Para o transporte, ainda que se use somente ônibus, o custo mínimo não fica aquém de Cr\$ 300,00. Somando as parcelas deste reduzido orçamento, chegaríamos a Cr\$ 7.300,00.

Informação Profissional

Mas além destes itens, considerados indis-

pensáveis para a sobrevivência de uma pessoa, no caso do jornalista, existem outras necessidades que precisam ser supridas. Assim, um jornalista que queira se manter bem informado - requisito básico para o exercício da profissão - terá que ir ao cinema uma vez por semana, o que requer Cr\$ 150,00 por mês; adquirir um jornal de fora do estado semanalmente, o que custa Cr\$ 50,00 mensais; uma revista semanal, Cr\$ 160,00, quatro *nanicos* por mês, Cr\$ 80,00 e um livro que requer um mínimo de Cr\$ 150,00. Em certos casos, quando a empresa não fornece, terá que comprar um jornal local, somando Cr\$ 240,00. Também é indispensável ir duas vezes por mês ao teatro, o que não sai por menos de Cr\$ 150,00. A soma destas parcelas vai dar Cr\$ 980,00, valor mínimo para a informação profissional.

Além destes itens, é preciso considerar saúde - remédios e dentista, não atendidos pela previdência Social - que custa por volta de Cr\$ 500,00 mensais e lazer,

que requer no mínimo Cr\$ 1.000,00. Para cobrir estas necessidades mínimas para uma pessoa - sem considerar a família, cujas necessidades são variáveis de acordo com o número de pessoas -, o jornalista teria que perceber, líquido, Cr\$ 9.780,00. Isso importa num piso salarial mínimo de Cr\$ 10.600,00.

Exigência Mínima

Em amostragem feita por 3 x 4, junto a dez jornalistas, em média, o salário mínimo exigido ficou em Cr\$ 9.800,00 líquidos. Apenas um dos dez colegas pesquisados ao acaso, percebia importância igual ou superior a essa. Esta é a realidade do mercado para o profissional jornalista em Porto Alegre. Com raras exceções, o profissional de comunicação não está percebendo um salário capaz de atender sequer estas necessidades mínimas e muito menos para manter a dignidade de quem se exige curso superior com duração de quatro anos.



Dos "Doutores" o Proletário

Entre os profissionais de nível superior, o jornalista é um dos que se encontra muito distante de uma recompensa salarial justa.

Segundo informações colhidas junto às entidades de classe dos profissionais do Rio Grande do Sul, constatou-se que quase a totalidade deles possui um salário mínimo estabelecido por lei. Como exemplo, podemos citar os médicos, os odontólogos, os arquitetos e os engenheiros.

	Salário Mínimo	Jornada
Médicos	3	2 - 4 horas
Odontólogos	3 + 40% de insalubridade	4 horas
Arquitetos	6	6 horas
Engenheiros	6	6 horas

tólogos, os arquitetos e os engenheiros. O quadro, a seguir, ilustra o que afirmamos.

O nível salarial dos profissionais de jornalismo, em nosso estado, é um dos mais baixos do país, com um piso imaginário de 3600 cruzeiros. Sim, imaginário porque, na realidade, o que as empresas pagam, por uma jornada de cinco horas de trabalho, não ultrapassa 2500 cruzeiros. Esta é a remuneração pela qual são agraciados dezesseis anos de estudos, não poucos esforços e muitas lutas e riscos destes profissionais.

Atualmente, a maior luta destes

profissionais baseia-se na instituição de um salário mínimo que os outros já têm fixado e a classe dos jornalistas até agora, não possui. Outro grave problema que os bacharéis em comunicação, com habilitação em jornalismo, têm que enfrentar é a saturação do mercado de trabalho nos grandes centros. A principal causa desta situação é a utilização de profissionais sem as exigências de registro ou de graduação permitidas pela lei, ou seja, estágio antes do último ano de curso, com estudantes cumprindo funções de profissionais, recebendo um salário mais baixo e inflacionando o mercado. O estagiário é mão-de-obra

barata que as empresas sabem muito bem explorar. Para os jornalistas recém formados resta a alternativa de trabalharem em assessorias de imprensa com expectativa de salários mais altos - o que nem sempre acontece -, ou, então, trabalharem em cidades do interior onde as empresas de comunicação social apresentam condições de se desenvolverem. O grande número de jornalistas despejados anualmente pelas faculdades implica um excesso de profissionais com salários cada vez mais baixos - é a lei da oferta e da procura.

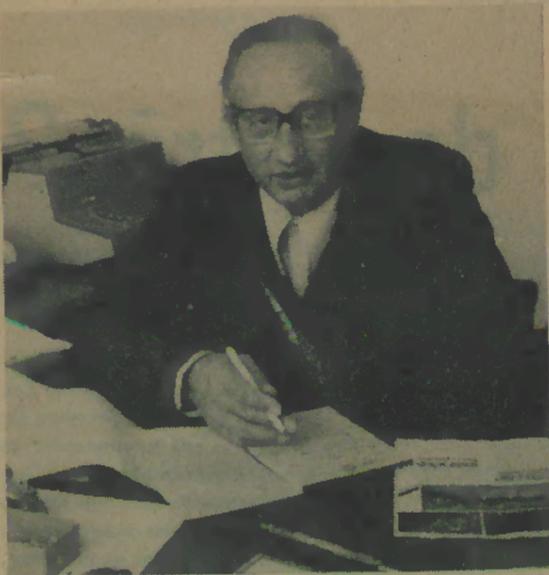
Esta é a situação desses profissionais que, através do seu trabalho,

levam o leitor a participar das mais fascinantes aventuras e, acima de tudo, levam-no tomar, senão consciência, conhecimento de tudo que acontece no mundo, seja acompanhando a posse de um novo presidente, sentindo os dramas e horrores de uma guerra, assistindo as alegrias de uma vitória da seleção brasileira, ou participando diretamente da fome e da miséria do nosso dia-a-dia.

AUMENTO DE SALÁRIO SE REFLETE NA PRODUÇÃO?

Frei Nestor - Em linhas gerais, sim. Mas, há um cuidado muito grande quanto aos encargos familiares de cada funcionário. A empresa procura valorizar o elemento humano e fazer justiça social.

Fernando Ernesto - Este critério não é usado na RBS. A empresa tem seus redatores e repórteres distribuídos em classes que vão desde a letra C, à B, à A e até uma classe especial. A cada classe corresponde um ordenado comum. Dentro de cada classe todos recebem igualmente. Tanto faz produzir pouco ou muito. Quando alguém consegue se destacar, conforme os critérios da empresa, é promovido, passando a perceber novos níveis salariais, compatíveis com a nova classe. Naturalmente que a expectativa que cerca um profissional de classe mais elevada é maior.



Frei Nestor: "Empregado Inteligente e Dinâmico é igual a Patrão Capaz"

REIVINDICAÇÕES CORRENTES

Frei Nestor - Luta dos jornalistas com curso superior para que a regulamentação legal seja posta em prática. Há a luta normal por melhores salários.

Fernando Ernesto - Reivindicação salarial. Nenhuma outra. Não ouvi nada referente a melhores condições de trabalho. Devem estar contentes pois nunca pleitearam nada.

QUE IMAGEM TEM A EMPRESA DOS MOVIMENTOS DOS PROFISSIONAIS NOS SINDICATOS?

Frei Nestor - Desconheço totalmente qualquer movimento.

Fernando Ernesto - Tanto por parte dos empregados como por parte dos representantes dos empregadores, o que se constata é uma flagrante falta de treino. Depois de 15 anos de cerceamento total, quando os sindicatos não passavam de órgãos subservientes que restringiam sua ação à área assistencial ou burocrática, quando se delineia uma nova abertura, os movimentos sindicalistas parecem estar dirigidos por representantes embriagados com a nova perspectiva, acenando com planos totalmente irrealizáveis. Os jornalistas devem viver a realidade. Devem ter presente que "podem tosquiar um carneiro até duas vezes num ano, mas só podem tirar-lhe o pelego quando o matam". O sindicato deve solicitar o razoável, afastando-se do inviável, pois isto lhe tira a força de negociar quando se descobre que as reivindicações não têm a mínima possibilidade de se converter em realidade. Os profissionais devem sempre procurar o bem da empresa. Esta sempre refle-

tirá sobre seus empregados, a sua situação. O jornalista não deve reclamar quando o Jaime estiver construindo uma casa em Ipanema, mas, sim, se alegrar. É sinal de que a empresa vai bem. Também o empregador deve transigir quando é necessário.

FALA O PATRÃO

No momento em que se amplia a discussão sobre as condições de trabalho de um jornalista, o 3x4 resolveu ouvir também a opinião dos proprietários das empresas jornalísticas. Cinco questões foram colocadas aos patrões. As respostas são de Fernando Ernesto Correa, diretor-superintendente da Rede Brasil de Comunicações (Zero Hora, Rádio e TV Gaúcha), e de Frei Nestor Ferronato, responsável pela Rádio e TV Difusora, na ausência do diretor, Frei Borguetti. Suas opiniões, de modo geral, divergem apenas devido à estrutura e dimensão das empresas que administram. Entre as respostas, é curioso observar que os gastos operacionais e de pessoal se aproximam bastante, quando deveria se esperar que a RBS apresentasse valores superiores aos da Difusora.

SÃO BONS OS NÍVEIS SALARIAIS DOS JORNALISTAS?

Frei Nestor - Poderiam ser melhores. O profissional da notícia é sumamente importante. Notícia é igual a responsabilidade. Numa sociedade capitalista como a nossa, a empresa, por definição deve buscar o lucro. Mas, vive num dilema: Se reinvestir o lucro, buscando melhorar seu equipamento, não poderá proceder a uma distribuição de lucros com seus funcionários. Se distribuir os lucros, fatalmente perderá a corrida

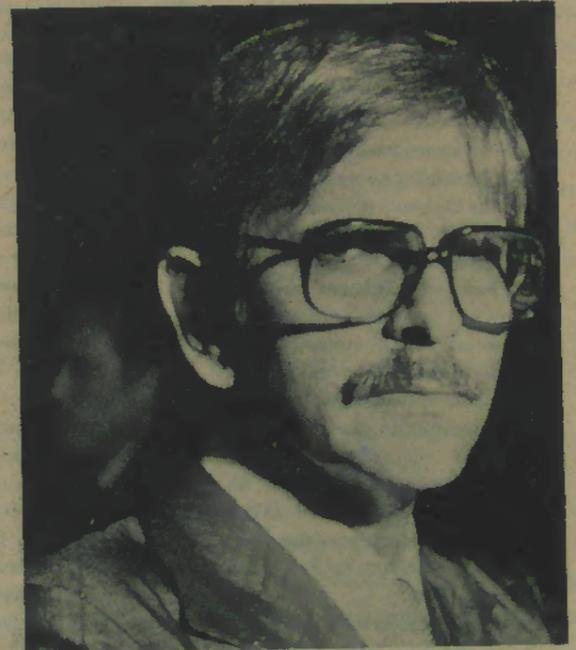
para seus concorrentes que contam com recursos vedados às companhias nacionais. Existem também empresas que fazem uma concorrência desleal: quando necessitam de um funcionário capaz, vão buscá-lo onde estiver, pagando o que for exigido. Este fato gera uma distorção muito grande em termos de rendimento de equipe, chegando às vezes a descaracterizá-la completamente. E o que poderia ter sido um fator de elevação do nível médio de vencimentos, torna-se na realidade mais uma indicação de achatamento salarial para os remanescentes que não conseguiram uma posição de destaque.

Fernando Ernesto - A RBS elevou várias vezes o nível médio dos salários. Mas, mesmo assim eu o considero baixo. Isso também é decorrência da imaturidade e despreparo dos candidatos, universitários principalmente. Totalmente despreparados. Não sabem redigir. Não sabem datilografar, o que é imperdoável. Aliás, essa cadeira devia constar como obrigatória numa faculdade de comunicação social. A empresa tenta fazer o que a Universidade deveria ter feito e não con-

seguir: Ensinar esses diplomandos a pensar, ensiná-los a trabalhar. Outro motivo para os baixos níveis salariais é proporcionado pelo próprio regime capitalista. Se temos que buscar o lucro, não podemos reparti-lo, não nas proporções ideais. Temos que reinvestir em equipamento e tecnologia, senão cairemos num círculo vicioso: menos equipamento, menor rentabilidade, menores lucros, até à falência. O funcionário deve se contentar com a remuneração justa. Jornalismo no Brasil não é um bom negócio. Existem excessões. E a Zero Hora é uma exceção porque investiu recentemente 3 milhões de dólares em equipamento sofisticado para modernização de seu equipamento. Esse dinheiro não saiu dos lucros do jornal, mas sim da emissora de televisão. A associação com a rede Globo está rendendo muito bem. Mas, a programação diária da Gaúcha inclui somente 20% de contribuição da Globo. A Tevé Gaúcha é das afiliadas da rede Globo, a que mais produz, com exceção da TV de Brasília. Zero Hora cresceu nestes primeiros três meses de 1979, 30% em relação a igual período do ano passado. Este crescimento só se tornou possível pela valorização do corpo de redatores e repórteres. Antigamente utilizávamos o "press release" o que é um mal nacional. Hoje contamos com 230 pessoas trabalhando na redação. Nosso Jornal procura uma linha opinativa. Tenta concretizar o que se convencionou chamar de jornalismo interpretativo.

PERCENTUAL DOS GASTOS COM PROFISSIONAIS

Frei Nestor - Os gastos com pessoal vão a 3 milhões e 500 mil mensais, de um total de 10 milhões com gastos operacionais. A Televisão Difusora busca, agora, as telenovelas, numa tentativa de enfrentar a forte concorrência, ao mesmo tempo em que busca aliviar sua folha de pagamento das despesas com a previdência social.



Fernando Ernesto: "O Empregado é a melhor Matéria-Prima de uma Empresa"

Fernando Ernesto - A RBS gasta com pessoal, uma importância que corresponde a 32,4% de um total de 11 milhões mensais com todas as despesas. Este índice deverá aumentar com as novas reivindicações do pessoal. A par disso a RBS mantém a Associação RBS de Serviços que dá assistência a seus funcionários e lhes proporciona médicos, dentistas, seguro de vida em grupo, subvenções e financiamento de material escolar (326 escolares).

O Chapa Branca

Haverá alguma relação entre a larga votação e amplo apoio dos jornais aos deputados Jair Soares, Airton Vargas e Carlos Alberto Chiarelli com o fato de possuírem, quando secretários da Saúde, Educação e Trabalho, as maiores assessorias de imprensa do estado? Certamente, os mais de 100 jornalistas que recebem de alguma forma dinheiro dessas secretarias dirão que não. Entretanto, críticos dos chamados chapas brancas dirão que sim e apresentam farta argumentação.

Antes de mais nada, porém, é necessário diferenciar as posições. O que é ser chapa branca, afinal? Os titulares de assessorias de imprensa negam o título, argumentando serem profissionais como outro qualquer, sem maior comprometimento, pois estão longe das redações. Apontam, inclusive, a existência de jornalistas que, oficialmente, não são chapa branca, não comparecem ao serviço público, mas têm seus nomes nas folhas de pagamento. Estes, que simplesmente recebem sem trabalhar, negam a condição de assessor, mas, na verdade, exercem pressões indiretas nas redações, filtrando informações contrárias a seu patrão, e trabalham silenciosamente. Seu trabalho é mais pernicioso ao jornalismo do que o assessor que dirige a elaboração de press-releases. Tanto, que é mais interessante ao secretário tê-lo trabalhando no jornal do que em sua própria assessoria.

O termo é polêmico. Quase cem por cento dos jovens profissionais são contrários a essa figura. O chapa justifica com a baixa

remuneração do exercício profissional a corrida a algum cargo de assessor, considerando a função como uma alternativa. O certo é que a famosa imparcialidade do jornalista fica um tanto prejudicada, apesar dos assessores de imprensa dizerem que não. Nada melhor, então, do que dar a palavra a eles.

A seguir, o depoimento de quatro jornalistas que optaram por esse tipo de emprego, além de trabalharem na imprensa privada. Vilmo Medeiros, editor de polícia de Zero Hora e assessor de relações públicas da Prefeitura Municipal; Ercy Pereira Torma, repórter da Geral da Zero Hora e coordenador de Comunicação Social do Instituto de Administração Financeira da Previdência Social (IAPAS); Cecílio Pereira, subeditor de Política de Zero Hora e jornalista da Assembleia Legislativa, e Ismail Fernandes, setorista de aeroporto de Zero Hora e assessor de imprensa da Secretaria da Saúde.

TRÊS POR QUATRO: Qual o motivo que leva um jornalista a trabalhar num órgão público?

VILMO: O principal motivo é o mercado de trabalho aqui em Porto Alegre ser tão limitado. Aqui existem somente duas empresas que, pode-se dizer, fazem jornalismo. São a RBS e a Caidas Júnior. O outro motivo é a instabilidade do jornalista no emprego e a sua má remuneração.

TORMA: O motivo que me levou a recorrer a uma assessoria de imprensa foi basicamente financeiro. Durante dez anos trabalhei na Zero Hora e na Rádio Gaúcha,

13 horas por dia, mesmo assim, o salário não compensava. A assessoria veio para cobrir a defasagem do jornal em termos de salário.

CECÍLIO: Decorre de uma necessidade de sobrevivência profissional. Hoje em dia, é raro um jornalista que vive de um só emprego, pois o mercado é restrito e existem muitos profissionais para poucas vagas existentes.

ISMAIL: O salário baixo obriga o trabalho dobrado e o segundo emprego.

TRÊS POR QUATRO: Por causa de uma assessoria o jornalista não compromete o seu trabalho no jornal?

VILMO: Não. No jornal se faz um trabalho e, na assessoria, outro. Se eu tivesse que baixar uma matéria que compromettesse a Prefeitura, eu o faria sem problema nenhum, se o fato tivesse real fundamento. Faço isto porque não vendo a minha consciência profissional.

TORMA: Não, pois faço os dois trabalhos separadamente. Quando estou no jornal faço força para ignorar a assessoria.

CECÍLIO: Não existe comprometimento nenhum, porque no meu exercício profissional o jornal é apenas o complemento da minha atividade aqui na Assembleia. Comprometer-se ou não, depende da liberdade com consciência de responsabilidade. Eu, por exemplo, já critiquei várias vezes a Assembleia, mas sempre tive certeza do fundamento da minha crítica e isto é essencial... Em Brasília já fui processado por criticar um general, mas fui absolvido.

ISMAIL: Não comprometo porque posso fazer no jornal uma matéria criticando a Secretaria da Saúde. Depois, quando for pra Secretaria, farei uma matéria tentando saber as causas do acontecido e ver que medidas serão tomadas. Será o meu trabalho de assessor.

TRÊS POR QUATRO: Na sua opinião, o que é um chapa branca?

VILMO: É o cara que vende a consciência e só trabalha pelo contra-cheque no final do mês. Aliás, tem muita gente boa por aí que malha o chapa-branca, mas se a gente for procurar no fim do mês, vai encontrar um contra-cheque no bolso deles.

TORMA: Chapa branca é o que busca a assessoria como um emprego e não como trabalho. Eu não me considero uma chapa branca, pois no IAPAS trabalho como jornalista num meio de comunicação.

CECÍLIO: Chapa branca é uma expressão mal empregada pelos poucos jornalistas que não trabalham em assessoria. Ou porque não podem, ou porque não conseguem ou até mesmo porque não querem.

ISMAIL: Não me considero um chapa branca. Estou há 21 anos no jornalismo e meu trabalho na assessoria da Secretaria de Saúde me possibilita até fazer matérias especiais sobre saúde pública para o jornal. Considero chapa branca aquele jornalista que exerce atividades na assessoria de determinados órgãos, sem nunca ter buscado uma notícia e sem nunca ter trabalhado na imprensa.

Free Lancer, um artifício do patrão?

NORMAN MAILER E
ORIANA FALLACCI

certamente não ganhariam os salários que recebem se dependessem do mercado de trabalho de Porto Alegre. Na privilegiada situação de repórter que escolhe as matérias que deseja fazer e impõe seu preço ao mercado, o norte-americano Mailer é apenas um dos mais conhecidos jornalistas do mundo inteiro, entre os inúmeros profissionais que vivem como *frila* na Europa e Estados Unidos.

No Brasil, a existência do free-lancer não se justifica pelo mesmo estágio avançado de atividade jornalística encontrado no exterior. O empregado autônomo é "um artifício desenvolvido que só favorece ao patrão", de acordo com Luís Claudio Cunha, redator chefe da sucursal da Editora Abril (*Veja*, *Placar*, *Exame*, etc.) e vice-presidente do Sindicato de Jornalistas de Porto Alegre.

Com a mesma idéia sobre o assunto, Osmar Trindade, secretário do *Cojornal* e experiente free-lancer, revela que os encargos sociais que uma empresa paga por cada jornalista fixo alcançam 70% do salário do trabalhador. Esse dado, baseado numa pesquisa sobre o problema, evidencia o quanto é vantajoso para os proprietários de jornais e revistas a manutenção da figura do *frila*. Assim, encontramos free-lancers trabalhando nas sucursais dos órgãos paulistas e cariocas, na Cooperativa dos Jornalistas e na Editora

Intermédio, afora algumas publicações do mercado paralelo (revistas, boletins e pequenos jornais especializados em áreas técnicas, religião, etc.).

Mas as condições de trabalho variam em muitos aspectos, em cada empresa. Por exemplo, na *Cojornal* a questão dos encargos sociais tem importância secundária devido às características peculiares do relacionamento de uma cooperativa com seus associados. A agência *Cojornal* trabalha com um número variável de free-lancers, que recebem pauta e apresentam matérias especialmente para as publicações de terceiros. O preço da lauda varia entre Cr\$ 180,00 e Cr\$ 200,00. Quem procura pauta na *Cojornal* tem suas razões, na opinião de Tania Krutschka, coordenadora da agência: — Na maioria, é o pessoal jovem que procura free, como forma de aumentar o salário fixo que recebe numa empresa tradicional, conseguir algum dinheiro se está desempregado ou mesmo para se manter no mercado profissional.

Outra opção mais utilizada pelos que estão entrando no mercado é a *Editora Intermédio*, citada obrigatoriamente quando se comenta o aviltamento dos salários de jornalista. O chefe de redação, Luís Carlos Merten, é o primeiro a reconhecer que a empresa paga abaixo do nível do mercado. Um repórter recebe Cr\$ 90,00 por lauda (aumento recente) e foto só quando é publicada. Aliás, a *Intermédio* não tem nenhum repórter fotográfico

fixo. No texto, há um profissional em categoria especial, que recebe Cr\$ 150,00 por lauda.

"A causa é o desemprego", diz Roberto Manera, chefe da sucursal d'O Globo, que mantém dois jornalistas de setor na condição de free fixo, sem contrato e com salário de Cr\$ 5.000,00 mensais. Ainda há o plantão de fim de semana (diária correspondente ao valor de um dia de trabalho do efetivo) e o substituto de férias (salário integral do efetivo). O pagamento é por matéria — por volta de Cr\$ 500,00 — independente do número de laudas. Na sucursal d'O Estado de São Paulo, somente o *Jornal da Tarde* vem se utilizando de um *frila* eventual para esporte, e paga de Cr\$ 150 a 200,00 por lauda. Melhor preço se consegue na *Bloch (Manchete, Fatos e Fotos)*, onde três repórteres de texto ficam sempre à disposição da redação, mas recebem Cr\$ 300,00 por lauda. Os eventuais fotógrafos ganham Cr\$ 800,00 por filme, Cr\$ 900,00 se o trabalho é feito em cor. O único inconveniente é a demora no pagamento, atingindo até três meses de espera pelo dinheiro. O *Jornal do Brasil* emprega somente eventuais nos textos, que valem entre Cr\$ 400,00 e Cr\$ 500,00, dependendo de acerto. Em foto, há um free fixo, plantão de fim-de-semana. Com salário de Cr\$ 9.000,00, a *Abril* mantém um setorista de economia na condição de free fixo. Os eventuais ganham Cr\$ 800,00 por matéria, colaborando com várias

publicações da editora. Na fotografia, um free lancer eventual bastante utilizado tira Cr\$ 15.000 e outros três profissionais faturam Cr\$ 800,00 por tarefa realizada. Entre as publicações independentes de circulação dirigida, resta apenas a revista *Agricultura e Cooperativismo*, da *Fecotrigo* (Federação das Cooperativas de Trigo e Soja), que paga Cr\$ 1.000,00 mensalmente para um repórter, com a função de, num único dia, fazer algumas entrevistas para uma seção da revista.

Vale acrescentar que os fotógrafos de Porto Alegre ainda conseguem, em alguns casos, impor preços de tabela por seu trabalho autônomo. Os repórteres de texto, sem organização, estão longe de alcançar a média de Cr\$ 440,00 por lauda, como recebem seus colegas de São Paulo. Mais distantes, porém, estão os free lancers brasileiros para chegar à condição de europeus e americanos, num estágio profissional mais avançado, onde o jornalista é reconhecido pela dignidade de seu trabalho. — "O free lancer, e essa é uma constatação que talvez façamos com pesar, já não existe mais no jornalismo brasileiro". Essa frase dita por um patrão, no caso o superintendente da RBS, Fernando Ernesto Correa, tem um significado especial. Acontece que são os próprios jornalistas e suas lideranças sindicais quem dizem que o chamado *frila* surgiu no mercado como uma manobra das grandes empresas, principalmente, visando burlar as es-

casas leis que protegiam o profissional.

"Comum nos Estados Unidos e alguns países da Europa — diz Correa —, é um tipo de jornalista em extinção e está desaparecendo do cenário jornalístico brasileiro". Tenta colocar ainda que "hoje estamos na era da indústria da informação e das leis reguladoras da profissão", e que a lei que regulamenta a profissão "é extremamente restritiva e, na prática, está quase a determinar que o profissional tenha relação de emprego com uma empresa jornalística".

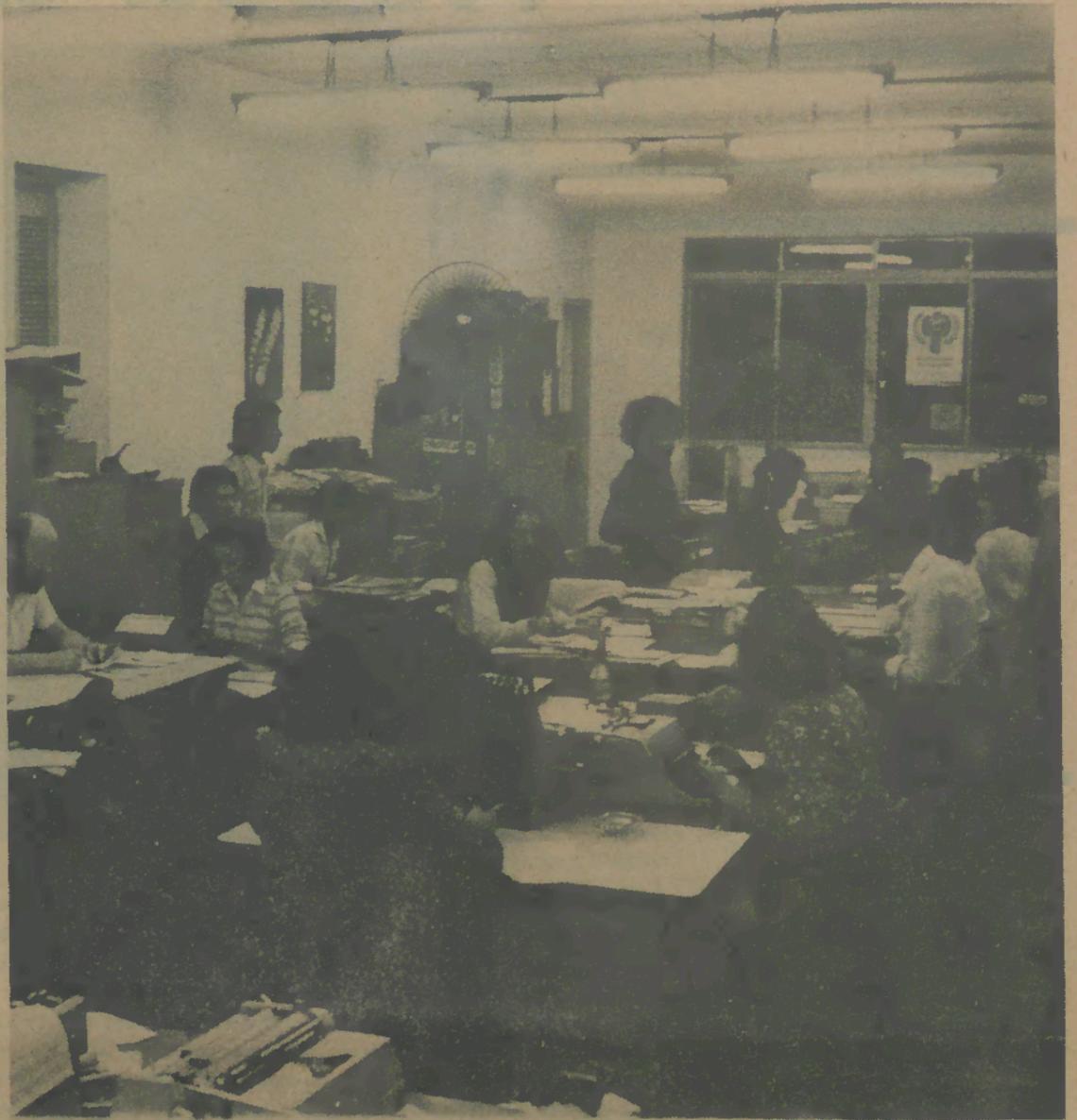
Além disso, existe o fato de que uma série de free lancer fixos — aqueles que na verdade são quase contratados, mas sem carteira assinada — têm ganho na Justiça do Trabalho a comprovação do vínculo empregatício através da remuneração constante. E isso tem forçado um novo comportamento das empresas. Entretanto, o aviltamento do mercado de trabalho, a inexistência de uma tabela de pagamentos, com os profissionais se submetendo à política de cada empresa, pesa mais na questão, e acaba deixando mal o *frila* e reduzindo cada vez mais sua liberdade. O que o coloca diante do seguinte impasse: ou aceita os baixos salários pagos aos empregados fixos ou entra no mercado como free e se resigna ao que o patrão eventual quiser pagar. Por isso, a constatação de Ernesto Correa pode não ser de todo distanciada da realidade hoje enfrentada pelos jornalistas profissionais.

Jornalismo, uma profissão neurótica

Uma das mais antigas reivindicações dos jornalistas é a luta por melhores condições de trabalho. Mas até hoje faltam máquinas de escrever e telefones diretos, sem falar nas dificuldades de locomoção dos repórteres em função do número insuficiente de carros. E quando viaja, o repórter fica à disposição total da empresa, mas não recebe um centavo de horas extras.

A qualidade das pautas varia de acordo com o padrão do repórter (A, B, ou C). O repórter C recebe, ocasionalmente, uma boa pauta, o que torna difícil seu desenvolvimento técnico-profissional, apesar de produzir muito e ganhar pouco. Essa diferença de padrão concorre para a desunião da classe, enfraquecendo as reivindicações por melhores condições de trabalho.

A mesma situação se repete nos departamentos de jornalismo das emissoras de rádio e televisão, piorando bastante nas centrais de interior. Não é por acaso, portanto, que um relatório da Organização Mundial de Saúde concluiu que a profissão de jornalista é uma das mais neurotizantes do mundo e que são raros os profissionais que chegam à aposentadoria.



Cinco horas da tarde. Meia dúzia de redatores com fones nos ouvidos se desesperam em cima das máquinas de escrever. O telefone toca insistentemente, vários telefones tocam. Alguém abre uma porta. Entra um ruído infernal na sala que tem pouco mais de 30 metros quadrados. O ruído vem de uma sala ainda menor, onde uns 10 aparelhos de telex funcionam ao mesmo tempo. Um visitante desavisado pensaria estar numa "sala de torturas", local utilizado pela direção do jornal para, quem sabe, enlouquecer os "subversivos" elementos das redações. Mas não é nada disso. A "sala de torturas" descrita acima é apenas a Central do Interior da Zero Hora ou, com algumas variações, a da Caldas Júnior. Esta denominação foi dada por um redator da Central da CJCJ. E parece ser a definição mais correta. Segundo ele, "se algum torturador penetrasse no recinto teria duas idéias imediatas: ou requisitava todo este material para utilizar em seu serviço, ou transferia o departamento de torturas para a sala da Central". Talvez a descrição seja um pouco exagerada, mas na prática é o que sentem estes redatores. Recebendo salários irrisórios, são obrigados a diariamente pegar matéria por telefone — cinco, 10, 20 laudas, num turno de cinco horas.

As ligações são péssimas e, na maioria das vezes, são obrigados a gritar para se fazerem ouvir em Ijuí, Uruguaiana, Boa Vista de Buricá ou Palmitinho. Oito pessoas entram numa Kombi. São 14 horas. O carro dirige-se para a Assis Brasil, zona norte da cidade. Desce um. Vai para a 24 de Outubro. Descem dois. Vai para a Azenha. Desce um. Vai até o Gigante. Descem três. Vai para o Partenon. Desce o último e o motorista retorna ao centro. Uma, duas, três horas depois, estas pessoas estão no meio da rua, olham insistentemente para a esquerda e para a direita, como se esperassem alguma coisa. E esperam realmente. São repórteres dos jornais da Caldas Júnior, à espera do carro para retornar às redações e bater suas matérias. Sob a alegação de que não há carros, a empresa "lota" uma Kombi, cujo motorista encarrega-se de levar cada um até o local onde realizará a reportagem. Geralmente atrasados pela demora na distribuição das pautas e na espera do carro, os repórteres são obrigados a realizar um verdadeiro passeio turístico pela cidade até chegar ao local. Na hora de voltar, precisam telefonar para a redação pedindo um carro, que pode demorar até uma hora.

Um exemplo: na última assembléia dos professores, no Gigantinho, dois repórteres da Folha da Tarde, um do Correio, uma da Folha da Manhã e um fotógrafo esperaram 45 minutos pelo carro, quando havia sido feito um acordo de que este estaria no portão do Gigantinho às 11 horas. A assembléia terminou às 12 e, somente às 12h45min. o carro chegou. E isso porque os repórteres telefonaram duas vezes para a redação.

TRÊS HORAS NA CHUVA

Estes são dois exemplos das condições de trabalho que o jornalista enfrenta diariamente e os relatos variam de acordo com o veículo. No Diário de Notícias, por exemplo, o repórter muitas vezes é obrigado a voltar de ônibus para o jornal porque não há carros e a empresa não paga táxi. Um repórter da Farroupilha, há algumas semanas, ficou três horas na chuva à espera de um carro, pegou uma gripe e, por não ter ido trabalhar no dia seguinte, quase foi demitido. Isso sem falar nos banheiros sujos e sem papel higiênico (exceção à Caldas Júnior), sabonete ou toalha. Os restaurantes são péssimos: comida ruim e suja. No bar da "Maria", da

Caldas Júnior, freqüentemente se vêem baratas passeando pelo chão e pelo balcão de doces. Os preços também não correspondem aos salários e à qualidade da comida. Nas emissoras de rádio, as condições técnicas nunca são as ideais: Unimóveis que não funcionam, gravadores quebrados, estúdios de gravação em número insuficiente, falta de pessoal especializado e de fitas magnéticas. Faltam máquinas de escrever na maioria das redações e, as poucas disponíveis, quase nunca funcionam perfeitamente. O departamento de arquivo dificilmente possui o material necessário, principalmente o de jornais. Há ainda a falta de outras condições de trabalho. Pautas com um mínimo de informações. Falta de pessoal especializado nos estúdios de rádio e TV. Acúmulo de serviço porque as empresas não querem contratar mais pessoal. Redatores fazendo o trabalho dos editores, porque estes estão em férias. E mais um sem número de "pequenos detalhes" como diria o patrão, mas que tiram a tranquilidade do jornalista e até impedem a realização de seu trabalho.

"Nossa divisão é a f

A unificação dos dissídios em Porto Alegre é uma luta de muitos anos dos jornalistas, cansados da exploração diária dos patrões. O importante é proporcionar uma maior união da categoria em torno das reivindicações básicas, como salários mais justos e melhores condições de vida e trabalho — única forma dos trabalhadores pressionarem os patrões e garantirem seus direitos.



Jornalistas reivindicam melhores salários

A mobilização em torno desta questão começou a surtir efeitos apenas no ano passado. Até 77, as diretorias do sindicato mantinham negociações diretas com os empresários nos dissídios e categoria nem ficava sabendo ou nem se interessava pelos índices de aumento, pois era reduzido o número de pessoas que iam às assembleias para discutir. A partir de 78, o esquema foi modificado. Um grupo de jornalistas se propôs a revolucionar a luta. Contatos feitos com todas as redações, conversando sobre a importância do dissídio não só para aumento de salário mas também para reivindicar melhores condições de trabalho. O movimento causou listas de reivindicações nos mais diversos setores.

Os jornalistas passaram a comparecer em maior número de reuniões preparatórias de dissídio. Depois disso, na primeira assembleia havia 110 pessoas para discutir o dissídio da Caldas Júnior. A coisa foi se desenvolvendo até culminar na assembleia dos 300 para pedir os 20 por cento. "O importante não eram as divergências que existiam", confessa Paulo de Tarso Riccardi, "o importante é que ali se estava discutindo coisas adormecidas há um bom par de anos". Paulo de Tarso é repórter político da Rádio Farrroupilha e foi um dos jornalistas mais empenhados na luta pela unificação, tendo, inclusive, perdido seu emprego na Folha da Manhã por causa disso.

A comissão de jornalistas, da qual Paulo de Tarso fez parte, começou com o dissídio da Caldas no ano passado e, antes da campanha pelos 20 por cento, já discordavam do encaminhamento dado pela diretoria do sindicato. "O sindicato tem um grande problema: não defende os não sindicalizados e só se preocupa com o pessoal que é sindicalizado, registrado, que é menos que 2/3 da categoria". Em meados de 78, os patrões deram a resposta negativa à unificação dos dissídios. Então, a categoria resolveu partir para a unificação de reivindicações. "Todo jornalista quer um delegado sindical, quer um aumento maior que o índice oficial, que a reposição salarial que foi tirada em 73", afirma Tarso. Mas ao contrário da categoria, a direção do sindicato entendeu que o processo deveria ser diferente e seguiu levando à sua maneira, voltando à questão dos não sindicalizados. Causou revolta no raciocínio lógico de muita gente: "se eu sou bom pra trabalhar, tenho que ser bom para decidir o que interessa a mim e aos meus colegas".

MAIS TENTATIVAS

Mesmo assim, foi feito um abaixo assinado, pedindo assembleia geral para discutir a unificação, onde seria proposta uma comissão que assessoraria o sindicato. "Para variar, o sindicato não aceitou, por falta de número suficiente de sindicalizados". Um dos outros argumentos da direção era a existência de uma comissão de mercado de trabalho, cujos resultados não apareceram até hoje.

DESCOBERTAS

Com toda a mobilização, muitas

coisas foram descobertas. Por exemplo, o número de pessoas que querem trabalhar dentro do sindicato e é impedida por não ser sindicalizada. "O pessoal não sindicalizado era mais ativo", assegura Paulo de Tarso. Mais uma vez temos um sindicato esvaziado, pelo descrédito em relação à diretoria. O problema de todas as manobras do sindicato, acreditam os jornalistas, é que os dirigentes sindicais não querem sujar a barra pra evitar problemas depois de acabar a imunidade. "Mas é para lutar pela categoria que exite a imunidade", argumenta Paulo de Tarso.

DIVISÃO

"A nossa divisão é a força do patrão", sintetiza João Batista Marçal, delegado sindical do Diário de Notícias. A desmobilização atual da classe em torno da luta pela unificação dos dissídios não pode continuar. Acredita mesmo que a fusão da data-base só pode partir da mobilização da categoria e nunca através da Justiça do Trabalho, "que é visceralmente burguesa e patronal". A verdade é que a unificação não é vista com bons olhos pelos empresários por que estimula a organização da classe. Por outro lado, Marçal também acusa a diretoria do sindicato de falta de apoio. "O pior de tudo é que esta bandeira tem servido para minorias radicalizadas dentro do sindicato, o que lhe dá conotação política e conseqüente esvaziamento". A união dos jornalistas também é dificultada pelo chamado *egoísmo empresarial*. Marçal admite que isso parte dos próprios colegas, que valorizam "por status" a empresa na qual trabalham. "Muitos defendem a unificação dos dissídios mas

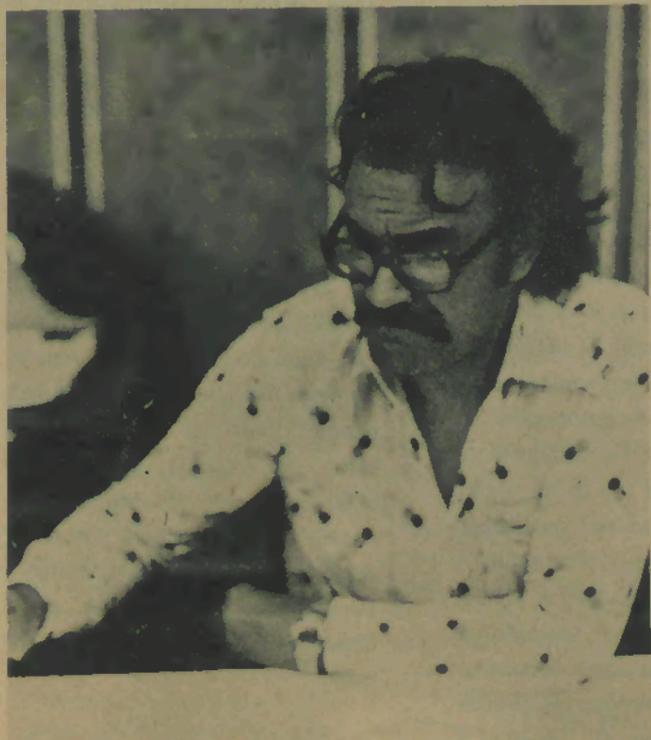
se contentam com os restritos aumentos da empresa".

POSIÇÃO DO SINDICATO

Apesar das pesadas críticas da classe, a diretoria do sindicato acha mesmo que está fazendo um bom trabalho. Neste ano, o começo da vitória foi obtido, com a unificação dos dissídios da RBS, Rádio e TV Difusora e Jornal do Comércio. Mas ainda faltam a Caldas Júnior e os Associados. O Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre considera que todo o trabalho tem sido feito com intensidade desde o ano passado, quando uma assembleia geral decidiu dar amplos poderes à diretoria do sindicato para as negociações de unificação. "Há muita resistência dos patrões", admite Antônio Oliveira, presidente do Sindicato. Mesmo assim, três datas foram unificadas facilitando o trabalho do sindicato. "Até o ano passado, o sindicato passava o ano inteiro em função com os dissídios".

DIFERENÇAS

"A não unificação dificulta qualquer campanha junto à categoria", alega Antônio. Ele argumenta que há diferenças nítidas entre os jornalistas, caracterizando redações que são bastante politizadas e outras que são nulas em lutas salariais. Apesar de tudo, o presidente do sindicato acredita que o ano passado foi decisivo para a mobilização. "Foi o ano em que os problemas da categoria voltaram a ser discutidos apesar dos conflitos que a diretoria deve contornar". Estes conflitos são as diferentes propostas de encaminhamento das lutas.



Marçal: Salário Mínimo profissional só com unificação

A força do patrão

Desmobilização leva à derrota

A importância da unificação dos dissídios é um fato concreto para os jornalistas hoje. A desmobilização porque passa a categoria, dividida por empresas com problemas específicos em alguns pontos e com dissídios em datas diferentes, enfraquece os movimentos salariais. A Caldas Júnior é um exemplo. No dissídio deste ano — data base, primeiro de março — não foi alcançada nenhuma vitória e a alternativa foi entrar na justiça.

A lista de reivindicações apresentadas pelos jornalistas continha oito itens: reajuste salarial de 44 por cento, sem desconto dos adiantamentos concedidos em dezembro, que variaram de 10 a 20 por cento; salário inicial de cinco salários mínimos regionais; triênio de cinco por cento; reajuste em agosto de 79, correspondente a metade do índice do DIEESE na ocasião; delegado sindical com estabilidade; pagamento de 11 horas extras em viagem;

pagamento das substituições; dispensa de trabalho para o trabalhador estudante em dia de prova; e unificação do dissídio da Rádio Guaíba com o da Caldas Júnior.

A empresa não aceitou nenhum ponto e sua contra-proposta era de apenas 50 por cento para os trabalhadores que ganhavam Cr\$ três mil em março de 78 e 45 — um por cento acima do índice oficial — para os que ganhavam acima disso. A incorporação do adiantamento concedido em agosto e a concessão de um aumento em agosto foi considerada impossível pela empresa.

Adriano Soares, o diretor administrativo da Caldas Júnior, alegou na Justiça do Trabalho que a empresa não teria condições de atender as reivindicações porque logo os aumentos seriam diluídos, ou melhor, "gastos pelos trabalhadores". Em outras palavras, ele quis dizer que quanto mais se ganha mais se gasta, então,

"vamos pagar pouco para vocês não gastarem muito".

Está claro que é uma resposta patronal e os jornalistas só poderiam dizer não. Todos ficaram indignados com o descaso para com seu trabalho e, ao contrário dos boatos que surgiram na empresa após a audiência, ninguém foi à Assembleia disposto a aceitar o acordo. Apesar de desmobilizados e sem força de pressão, as 80 pessoas presentes decidiram entrar na justiça e agüentar a consequência — não receber ainda este mês o aumento.

Mesmo os jornalistas da rádio Guaíba, que têm data base em primeiro de abril e foram ameaçados de não receber seus aumentos junto com a Caldas Júnior caso o acordo não fosse aceito, não se amedrontaram. Alguns deles levantaram a necessidade imediata de unificar os dissídios, como única forma de unir a categoria em torno de lutas importantes.

ORGANIZAÇÃO DA LUTA

Como saldo deste dissídio, os jornalistas da Caldas Júnior concluíram que deve ser imediata a luta pela mobilização da categoria para a unificação. Na assembleia foi tirada uma comissão para acompanhar os dissídios das demais empresas e, a partir daí, formar uma comissão geral para a unificação.

A direção do Sindicato entendia que a luta deveria iniciar em outubro, visando unir todas as empresas em primeiro de março, data da Caldas Júnior, que possui o maior número de trabalhadores jornalistas. Mas a assembleia decidiu iniciar o trabalho agora. A comissão já está se reunindo e discutindo as formas de mobilização.

Neste ponto, o delegado sindical com estabilidade é um fator fundamental na luta. Sem imunidade, os representantes eleitos no ano passado nada fizeram. Poucos se dispuseram

a defender os interesses da categoria com medo de serem demitidos. Os que conseguiram chegar até a direção da empresa sempre receberam um não como resposta para suas reivindicações. Nada foi aceito pela empresa, nem mesmo questões específicas de condições de trabalho em algum setor. Os fotógrafos alcançaram algumas vitórias, mas seu representante tinha imunidade por ser delegado da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes).

Como ponto de partida, alguns integrantes da comissão já pensam em fazer uma chapa e programas para os delegados sindicais. Eles querem escolher representantes dispostos a lutar e que fechem em cima de um programa comum, que deverá ser cobrado pelos trabalhadores da empresa. Só assim, segundo eles, vai ser possível a unificação.

As lutas do sindicato

A regulamentação da profissão, incluindo um piso de cinco salários-mínimos, e a unificação dos dissídios pertencem às lutas do Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre.

O que ele está fazendo:

A luta mais antiga da classe, a nível nacional, é pelo salário mínimo profissional estabelecido em cinco salários. Alguns centros como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais já conseguiram, a partir deste ano, índices razoáveis para os pisos mínimos, através de acordos com as empresas.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre enfrenta um sério problema: a realização de dissídios coletivos por empresas, impedindo a condução unitária das lutas da categoria. Esta é uma falha de antigas diretorias, que a atual diz estar procurando corrigir, evitando que novas datas de dissídios venham a ser criadas, até o momento em que se possa realizar a unificação. Desde o ano passado existem apenas três datas de dissídios: R.B.S., Jornal do Comércio e Rádio e TV Difusora em 1º de maio, Caldas Júnior em 1º de março e Diários e Emissoras Associados em 16 de novembro.

A atual diretoria do Sindicato está em seu último ano de mandato e após a conclusão dos dissídios deste ano dará continuidade à campanha de unificação de todas as datas em 1º de março, com a antecipação daquelas que estão fixadas em 1º de maio e um acordo em particular com a que está fixada em novembro. Com esta campanha que será iniciada a partir de setembro, o Sindicato "promete" uma total mobilização da categoria.

Os dissídios por empresas determinam dificuldades de mobilização e de consciência de classe e a terrível constatação de que estão em Porto Alegre os salários mais baixos do país. A modificação deste retrato da categoria vem sendo a luta do sindicato, que já conseguiu progressos palpáveis com a campanha realizada no ano passado em busca de 20% de aumento de salário e que realizou as maiores assembleias da história da categoria.

Nos últimos anos, os jornalistas brasileiros, de uma maneira geral e em especial nos centros maiores, passaram a tomar parte na luta dos trabalhadores assalariados, conscientes de que são trabalhadores como os outros. A falsa elitização que existia na categoria cedeu lugar a uma maior conscientização de classe e consequente participação real no momento político. Nos sindicatos dos grandes centros, a oposição vem vencendo as eleições, dando um término a diretorias de longos anos e pouca atuação prática.

As conquistas dos jornalistas no Brasil já começam a se tornar importantes e o aperfeiçoamento das lutas da categoria, neste e em outros Estados, levarão os profissionais a alcançar um maior saldo organizativo.



Antônio: Sindicato promete mobilização

Campanha dos 20% já nasceu morta

Bem ou mal conduzida, com ou sem vitórias, a campanha dos 20%, realizada em agosto/setembro do ano passado, foi a maior mobilização da classe jornalística em Porto Alegre desde 1962. A idéia da campanha surgiu bem antes, em abril, quando foi discutido o dissídio da RBS: Naquela ocasião decidiu-se aceitar o baixo índice de aumento proposto pela empresa, mas com a determinação de iniciar-se em julho uma luta por um aumento efetivo de 20% para toda a categoria. O Sindicato dos Jornalistas profissionais de Porto Alegre deveria levar ao congresso Nacional de Jornalistas, em Maceió, a proposta de ampliação desta campanha a nível nacional. Era a unificação da categoria com a luta dos operários metalúrgicos do ABC, que há pouco tinham lançado para todo o país a palavra de ordem anti-arrocho, logo assumida por outros setores da classe trabalhista: 20% já!

COMEÇA O MOVIMENTO

Mas antes mesmo da proposta ser aprovada pelo congresso — que no final decidiu manter em aberto o índice de aumento a ser reivindicado nos vários estados — o movimento pelos 20% já foi iniciado em Porto Alegre. Para João Aveline, secretário gráfico de Zero Hora, veterano na profissão e velho conhecedor da dinâmica de assembleias de sindicato, esse foi um dos erros da campanha. Ele diz que foi prematura o lançamento da luta pelos 20% na mesma assembleia que a escolheu como proposta a ser levada aos companheiros jornalistas dos outros estados. “A idéia não chegou a amadurecer entre a classe”. Se este fato leva Aveline a classificar a campanha como mal-sucedida, outros fazem dá-la como vitoriosa: “porque conseguiu uma grande mobilização da classe e porque, no final das contas, tivemos os 20%, (este “nós” se refere aos jornalistas da RBS) embora não na hora em que pedimos. Na verdade, a Rede Brasil Sul deu os 20% a seus funcionários. Mas de forma parcelada — metade em outubro, outra metade em novembro — e sob a forma de abono — um mero adiantamento para ser descontado no próximo dissídio. Mesmo assim Aveline afirma que “a maioria dos jornalistas não relaciona esta antecipação com a campanha de agosto, mas eu acho que ela não teria saído se não fosse o movimento”.

Muitas coisas não teriam acontecido, não fosse a campanha de agosto. Não se teria entendido e discutido que o jornalista há muito deixou de ser um profissional liberal e é agora um empregado assalariado, tão mal remunerado quanto qualquer trabalhador no Brasil hoje. Não se teria acreditado na possibilidade real de mobilização da categoria pelos seus interesses, provada na famosa “assembleia dos 400”, que alguns colegas brigam afirmando que reuniu “apenas” 300 profissionais da cidade. Continuariam disfarçadas as diferenças políticas que existem entre os jornalistas quando se defrontam com uma luta concreta. Não se definiria quem é quem na hora do pega.

A CAMPANHA

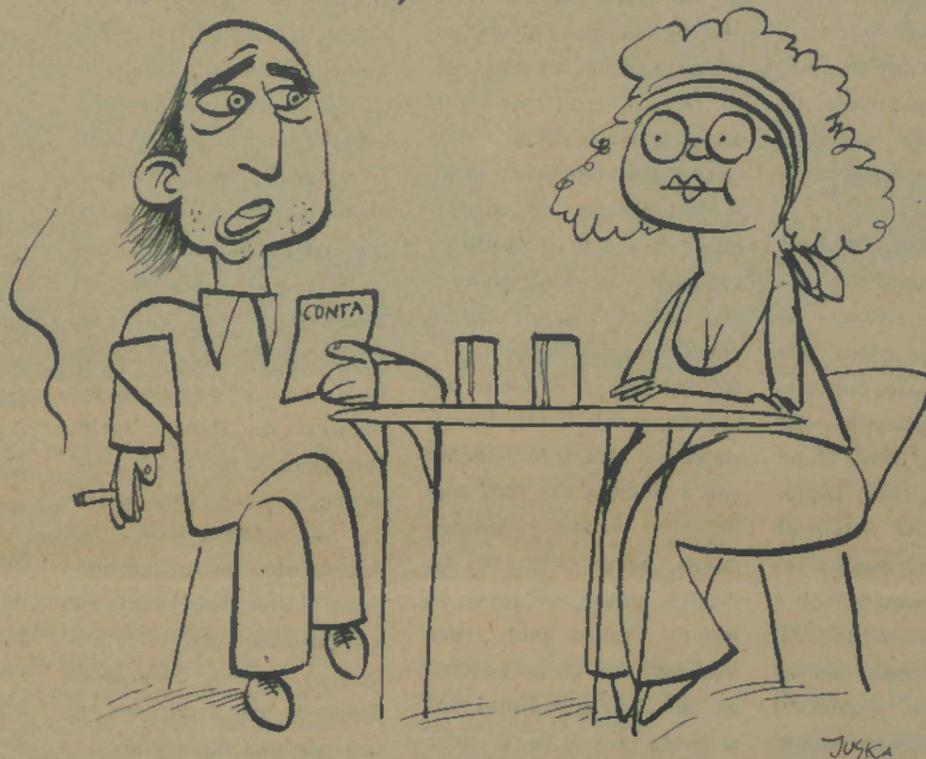
O início da campanha foi muito fácil. Todos sentiram que os salários estavam abaixo da crítica e que era necessário arrancar um aumento imediato dos patrões. Os patrões começaram a surgir nas discussões de como levar a luta. O abaixo-assinado foi logo afastado. Os jornalistas compreendiam que era uma forma muito fraca de impor suas reivindicações. Era preciso mostrar força, caso a classe patronal negasse os 20% — como já se esperava que fosse acontecer.

Então veio a proposta de greve-geral — a lição dada naquele momento pelos operários metalúrgicos de São Paulo e pelos médicos residentes de todo o país, inclusive de Porto Alegre. Alguns grupos no sindicato tentaram afastar completamente a idéia, dizendo que era suicídio. Mas grande parte dos jornalistas presentes à assembleia dos 400 tinha bem claro que esta era a melhor alter-

nativa — senão a única — para se conseguir uma vitória. Procurando ainda impedir a greve sob a alegação de que o movimento e a categoria não estavam maduros, vieram as sugestões de paralizações parciais em momentos de pique nas redações. Aparentemente ninguém percebia que esse tipo de operação-tartaruga não funciona em jornalismo: o produto final — jornal ou programa de rádio ou TV — não fica alterado. É uma proposta intermediária que apenas leva o jornalista a dar uma maior velocidade no fim do dia, para recuperar os 30, 60 minutos de corpo mole. Para os patrões dá mesmo. Não é pressão.

“O que me pareceu mais sério foi a incapacidade de articulação para conseguir o que queríamos.” Diz Carlos Alberto Kolecza, repórter especial da Zero Hora, que durante toda a campanha se manteve contrário à greve. “Na afobação da greve, não pensamos em outras formas de pressão e de auto-organização. Ficou provado que os sectarismos e madrugadas a dentro de discursos não resolvem se não encontramos fórmulas práticas que atentem nossa força”. Antonio Oliveira, presidente do sindicato, culpa as vanguardas da categoria pelo fracasso da campanha. “Na hora de dar uma resposta mais séria, a única que o patrão entende, os setores mais organizados também chegaram à conclusão de que não eram fortes. Na hora da greve, houve um recuo que foi fatal para a conquista das reivindicações. Isso mostrou que as coisas não foram conduzidas da melhor maneira pela vanguarda e que a linguagem que estávamos falando estava além daquela que a categoria entendia.” Antonio diz agora que “deveria ter havido um trabalho maior de conscientização. Nem todos os jornalistas estavam decididos a entrar em greve. O que foi alcançado na campanha serviu de base para que as vanguardas refletissem mais sobre

O JORNAL ONDE EU
TRABALHO É DA GRANDE
IMPrensa SIM, MAS O
SALÁRIO É DOS
NANICOS.



a real situação das bases e se conscientizassem do grande trabalho de mobilização que temos a enfrentar em termos de classe assalariada.”

NATIMORTA

Mas “o que houve realmente foi que a campanha dos 20% já nasceu morta, pelo boicote que teve da direção do sindicato em todo seu encaminhamento. “Ana Barros Pinto é categórica e afirma que “a direção provou que tem receio da mobilização. Tem receio de não conseguir controlar a categoria. Eu acho que o sindicato foi forçado a lançar a campanha e não estava a fim de encampar a agitação. Prova disso Ana vê nas manobras feitas para impedir a expressão de uma parte da categoria — justamente a parcela mais combativa no momento. “A direção do sindicato usou muito a questão dos não sindicalizados — se eles podiam votar ou não — para esvaziar o movimento. Chegou um momento, em que as decisões das Assembleias Gerais eram totalmente anuladas pela direção. Numa das Assembleias, por exemplo, se tirou uma comissão aberta para fazer a divulgação e agitação da campanha em todas as redações de Porto Alegre. Mas, numa atitude arbitrária — apenas mais uma — a direção retirou esses cartazes e colocou outros, com o timbre do sindicato, desautorizando publicamente os companheiros jornalistas integrantes da comissão de falarem em nome do movimento”. Eleonora Canto, da Zero Hora, também, também salienta a conduta arbitrária da direção do sindicato. “Em certa reunião, a diretoria chegou ao cúmulo de não dar direito de voto àqueles profissionais que, mesmo sendo explorados igualmente pelo patrão, não estão formados e não podem se sindicalizar. Tudo dentro de uma visão muito legalista, muito fechada, tentando impedir a participação de boa parte dos colegas.”

Sindicato denuncia invasão do mercado

OPINIÃO

No momento em que se aprofunda a crise da "Ditadura Militar" e cresce a força dos movimentos populares, os estudantes de jornalismo devem se posicionar frente às mudanças na sociedade.

Este posicionamento não pode acontecer apenas em relação às questões eminentemente estudantis — condições de ensino, currículo — condições de ensino, currículo errado, maus professores, a ideologia do ensino teórico ministrado, a falta de condições físicas para o aprendizado, a repressão contra os mestres, funcionários e os próprios alunos.

Pelas características do mercado de trabalho, pela atuação ineficiente da diretoria do Sindicato, pela falta de organização da categoria, uma grande parte dos estudantes de jornalismo ingressa na profissão antes do tempo previsto — muitas vezes, antes que tenha condições para tanto.

Dessa maneira, enfrentamos problemas pelos dois lados: na faculdade, precisamos melhor nos aparelhar para a entrada no mercado; na profissão, a luta é para conseguir vender de forma mais satisfatória nossa força de trabalho.

Uma das formas de participarmos é através do voto, desde que ele signifique também a participação na elaboração dos programas dos votados, a participação no trabalho com os eleitos. Na área estudantil, acabamos de escolher a nova direção do DCE, nos encaminhamos para reconstruir a UNE, teremos ainda a escolha das novas direções dos DAs e CAs.

Do lado profissional, os colegas da Caldas Júnior já escolheram seus delegados sindicais, com estabilidade — uma vitória, apesar do mau encaminhamento do dissídio. Delegado Sindical que a Farrroupilha já tinha, mas perdeu porque a direção do Sindicato acabou se colocando ao lado dos patrões, ao defender com unhas e dentes a posição irreal de que o mercado de trabalho é ocupado por jornalistas profissionais, e não por trabalhadores-jornalistas. São os furros do sistema... Ainda que conseguindo pequenas vitórias, estes encaminhamentos isolados não só prejudicam os trabalhadores, como também os estudantes. É necessário que nos reunamos nas redações e no Sindicato, tomando decisões comuns, trabalhando juntos. Um momento privilegiado para isto são as eleições da nova diretoria do Sindicato, no final deste ano. Desde já começam as articulações, as conversas de bastidores, revelando que boa parte da categoria não está satisfeita com a atuação da atual diretoria e mostra-se preocupada em transformar o Sindicato no que realmente deve ser: os trabalhadores organizados defendendo seus direitos e necessidades. Agora, é tocar pra frente...

Ano passado a notícia correu de redação em redação, apavorando os estagiários, os estudantes, trabalhadores-jornalistas de modo geral: "o Sindicato vai botar todo mundo na rua." Não era bem assim, mas o boato tomou corpo com as cartinhas enviadas às redações pela chamada Comissão de Mobilização, onde havia a velada ameaça. Revoltados, um grupo de trabalhadores-jornalistas resolveu se organizar, indo buscar junto à diretoria do Sindicato explicações para o que parecia um absurdo. Convocada às pressas, chegou a ser realizada uma reunião onde trabalhadores-jornalistas não regulares ficaram sabendo que a coisa era feia, mas não era pra já. Ouviram dos representantes da diretoria algumas explicações. Quase as mesmas aqui apresentadas pelo presidente do Sindicato e por Paulo Burd, do esporte da Zero Hora.

Na imprensa de Porto Alegre, doze por cento de seus profissionais encontram-se em situação irregular. A informação parte do presidente do Sindicato dos Jornalistas, Antônio Oliveira, que acrescenta serem duas as irregularidades. A forma mais grave é daqueles que não possuem vínculo algum com a profissão e a outra, mais atenuada, é o caso dos estudantes. Neste caso salienta que não constam os estudantes de sétimo e oitavo semestre que já estavam trabalhando antes da vigência da nova norma que regulamenta a profissão (decreto 83.284 de 13 de março de 1979) que elimina o estágio. Estes estudantes do sétimo e oitavo semestre só se tornarão irregulares no momento em que abandonarem o atual emprego, pois sem o registro não conseguirão mais trabalhar.

O decreto, além de eliminar o estágio, ou seja, impedir que o estudante trabalhe, também dificultou um pouco o provisionamento. No entanto, a função de colaborador permanece. E também muitas outras continuarão sendo praticadas por profissionais não diplomados, caso do fotógrafo, cinegrafista, diagramador e ilustrador. Por enquanto, fora a redação, apenas a revisão, arquivo e departamento de pesquisa precisam ser formados por jornalistas.

Para a empresa provisionar um profissional antes da atual norma, bastava contar com três diplomados, era uma questão de proporção. Este critério, adotado a partir de 1972, baseava-se na regulamentação da profissão em 1969, em que bastava que a pessoa tivesse um ano de prática para tornar-se jornalista. Hoje é necessário que além do profissional possua algum curso

superior, a empresa presente em edital a vaga existente e somente poderá ser preenchida por provisionado se não aparecer alguém em melhores condições. Sua validade será por três anos e apenas na área abrangida pelo Sindicato que reconheceu sua função. Qualquer pessoa pode trabalhar como colaborador em jornal desde que prove na Justiça ser entendido em alguma área técnica, científica ou cultural e possuir diploma de II Grau.

PUNIÇÃO X INTERESSE

Apesar da lei existir desde março e do presidente do Sindicato afirmar que ela facilitou a fiscalização, pois já não é necessário indagar o semestre do profissional como antigamente, os "penetras" continuam sem punição. O Sindicato acusa a Delegacia Regional do Trabalho de má fiscalização por interesse próprio, no entanto não entra com mandado de segurança contra esses profissionais, o que poderia fazer. No final do ano passado, o Sindicato elaborou uma lista de 38 nomes para a Delegacia e até agora nenhuma medida foi tomada.

Antônio Oliveira promete que se a Delegacia não agir imediatamente entrará com mandado contra alguns "penetras" mal intencionados, exemplificando com os professores Clóvis e Fogaça, que depois de procurados pelo Sindicato se inscreveram num curso de Comunicação Social sem jamais comparecerem. E outros como Guarisse, Osvaldo Rola, Tatata Pimentel, Paulo Santana, Patrícia Bins, Cláudio Muller... Quanto aos estudantes, apesar de ter enviado uma cópia da nova legis-

lação às empresas, o presidente do Sindicato informa que a entidade não fará pressão por considerar uma irregularidade atenuada. Para o pequeno trabalho realizado pelo Sindicato já houve muita resistência. As poucas redações que prometeram alguma medida não cumpriram. A maior resistência encontra-se na área de televisão diante de figuras que trazem num profissional para que ele se torne conhecido, preferem adotar os serviços de alguém já consagrado, que traga rentabilidade imediata.

A nova lei que regulamenta a profissão resolverá algum destes problemas? A maioria dos profissionais e estudantes acredita que não. Para Adroaldo Correa, chefe do departamento de notícias da Rádio Continental e redator da Folha da Manhã, a lei de nada vale se o Sindicato não agir. Quanto aos estudantes, a situação ficou ainda pior. Os que já estavam trabalhando se encontram agora nas mãos dos patrões. Sabem que senão acatarem todas as normas da empresa vão para a rua e não acharão mais emprego. Para os estudantes que ainda não tinham trabalhado, a única saída é as Faculdades apresentarem aulas práticas e empregarem professores que trabalhem em redações de jornais, televisão e rádio. O estudante Paulo César da Rosa, conhecido como Soneca, da UFRGS, já vê o problema por outro ângulo. Acha que os estudantes conseguirão emprego, mas por salários mais baixos, o que aviltará ainda mais o mercado.

Expediente - Três Por Quatro.

Ano 8 - Maio de 1979 N.º 1

Órgão jornalístico criado de conformidade com o disposto no Parecer nº 631/69, elaborado pela Comissão Central de Revisão de Currículos do Conselho Federal de Educação e aprovado em reunião do mesmo Conselho, de 2 de setembro de 1969. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Responsabilidade editorial: Departamento de Comunicação da UFRGS.

Alunos que trabalham neste número: Mário Leopoldo de Azevedo Rota, Pedro da

Silva Chaves, Sonia Renner, Herta Treptow, Maria de Fátima Schenini Ribeiro, Jorge Barreto Viana Meditsch, Décio Walter, Pedro Alexandre Cabreira Alfaro, Carmen Sílvia Cavalli Mendes, Elizabete Primo Portugal, Ivan Farias da Rosa, Jorge Márcio Gomes, Maria de Lourdes Oliveira de Souza, Marli Cristina Scomazzon, Neusa Maria Ribeiro, Ricardo Morem Schmitt, Cintia Maria Nahra Leal, Clara Maria Pugnaroni, Eduardo Barreto Meditsch, Francisco Daniel Lourenço da Silva, Maria de Lourdes Pauli, Paulo Roberto Busato, San-

dra Fernandes Rodrigues, Sonia Maria Moraes Torres, Alvaro Luiz Teixeira, Ana Emilia Dorneles, Bruno Edemundo Schmitz, Inês Cristina Dall Mass, Jonira Ibiás Martinez, Lander Iglesias Soares, Maria Helena de Freitas, Monica Ballvé O'May, Nara Lima Branco, Rodolfo de Lucena, Flavia Menna Barreto Flalho, Ana Luiza Ferreira do Nascimento, Maria Rita Osório Stumpf, José Paulo Bisol e Gladis Loureiro Fonseca. Impresso nas Oficinas da Gráfica da UFRGS, rua Jacinto Gomes, 540 - Porto Alegre - RS - Brasil.

Falta de firmeza política: a maior falha do sindicato

"O Sindicato não teve muita firmeza política, principalmente porque a atual diretoria nasceu de uma chapa de composição". A conclusão não é de nenhum teórico de oposição e sim do próprio Antônio de Oliveira, atual presidente do Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre. E se Oliveira pensa dessa maneira, as críticas dos mais diversos setores da categoria vão muito mais longe. É possível até listá-las de uma maneira tal que conduzam à seguinte constatação: não só a diretoria do sindicato distanciou-se das principais lutas dos trabalhadores como, em determinados momentos, atrapalhou seu encaminhamento, ou, nas palavras de membros da oposição, "foi contra a categoria".

Consenso nas análises é difícil, mas as críticas se aproximam. E o fracasso da campanha dos 20%, no ano passado, é sempre o primeiro exemplo. Regendo-se pelos estatutos da CLT, a diretoria que se diz pela autonomia sindical, "impediu a mobilização da categoria, dividiu quando tinha que buscar a unidade, ao colocar, burocraticamente, uma questão falsa como aquela do não-sindicalizado vota ou não vota".

Mais recentemente, sequer convocou uma assembléia geral para unificar as propostas de dissídio, e quando chama duas empresas, RBS e Difusora, para uma mesma assembléia, faz as votações em separado, além do fato de até agora não ter apresentado nenhuma proposta concreta".

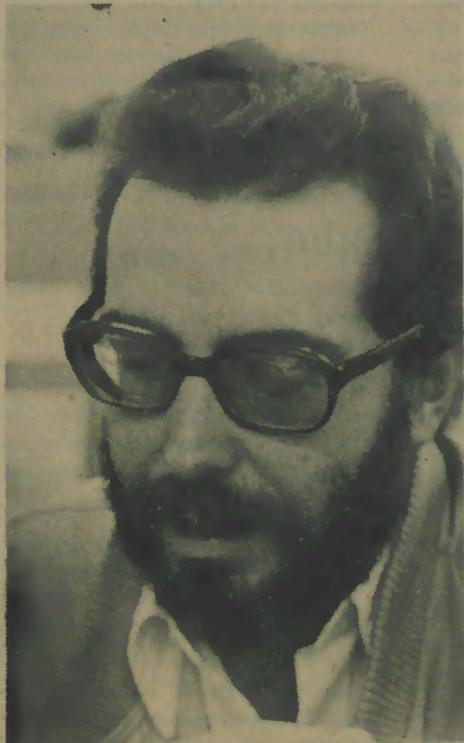
Há quem diga que a atual diretoria defende a CLT, baseada na sua já tradicional argumentação "burocrática" sempre lançada nas horas decisivas. Em outras palavras, jamais convocando a categoria para "lutar contra os patrões e sim abrindo espaço para eles". Um exemplo mais concreto aconteceu há poucas semanas, no episódio que findou com a demissão de cinco jornalistas da Rádio Farroupilha. Ironizam até alguns dos envolvidos que "a diretoria só se mostrou unida quando posicionou-se contrária ao delegado sindical da Farroupilha, que é uma reivindicação de todos os trabalhadores do país que buscam organização independente do estado".

Jorge Olavo, secretário da diretoria, se aproxima de uma explicação ao reconhecer que seus companheiros não se reuniram em cima de nenhum conteúdo programático e

sim com o único objetivo de vencer uma eleição. Erra, entretanto, ao dizer que isso não foi suficiente para prejudicar o trabalho da diretoria, o qual classifica de "progressista" e, em tese, isento de qualquer compromisso político, por isso, não sendo nem de direita nem de esquerda.

Já Tomás Pereira, suplente de diretoria, é de opinião que, realmente, a composição prejudicou a atuação. Diz que, quando houve, "o momento assim exigia, mas, hoje, é necessário que os jornalistas tenham consciência mais clara da função do sindicato". Todos de acordo. Mas, certamente, os que têm posições definidas a respeito da função do sindicato estão descontentes com o trabalho dessa gestão e com o impasse criado: a categoria não sabe o que a direção pensa; a direção não sabe (não sabe?) o que a categoria quer. Enquanto isso, desmobilizado e desorganizado, o jornalista vê cada vez mais distante o piso salarial, seu sindicato independente da CLT e do Estado, comissão por local de trabalho, melhores salários e, ao mesmo tempo, presença o pó do marasmo assentar-se sobre os lanudos pelegos, já surrados de tanto cavalgar sem conduzir a nenhum lugar.

As chapas não existem, mas o debate já está correndo solto nas redações



Tomás e Jorge Olavo: falta dizerem que só aceitam se for uma ordem.

"Longe de mim, sindicato!". Exclama Tomás Pereira. "Não estou trabalhando para nenhuma chapa, mas apoiaria o Tomás", garante Jorge Olavo, para surpresa geral. "Não vou concorrer à reeleição", afirma, agora, Antônio Oliveira. "Tenho o apoio do João Batista Marçal", anda dizendo Jaime Copstein. "Copstein está apenas utilizando meu nome!", retruca Marçal. "O importante é a construção de uma oposição sindical, não interessa chapa, ela vai sair. A briga não é eleitoreira e sim uma proposta para que todos os setores se mobilizem, se organizem para levar uma luta em defesa da categoria e das suas necessidades", concluem destacadas figuras do movimento de oposição à atual diretoria do sindicato.

Oficialmente, o debate sucessório ainda não começou. O sindicato abrirá as discussões, em julho, "para dar condições à categoria de decidir sobre seu rumo", segundo Oliveira. Entretanto, circulam nas redações nomes de prováveis candidatos, porém, quando procurados, eles negam qualquer envolvimento nas articulações. De concreto, sabe-se que vários setores da oposição já estão se reunindo, para ver como encaminhar essa oposição sindical.

Sabe-se, também, que a composição da atual diretoria será desfeita, tocando a continuidade do trabalho para aqueles que fecham com a linha predominante no sindicato: a do Antônio. O sucessor comentado seria Tomás Pereira, que diz nada haver de concreto. Jorge Olavo entraria com uma segunda chapa, mais à direita, e Copstein com uma terceira, pois, segundo Olavo, "ele anda dizendo por aí que não vai entregar o sindicato".

Contudo, é pouco provável três chapas com esses elementos. Mais certa é a fusão em duas, já que se afasta a permanência da atual composição. No caso da oposição sindical, deve predominar a idéia de um sindicato político, que lute contra o arrocho salarial, por liberdades democráticas e sindicais, por um sindicato independente do Estado, pela anistia e que, principalmente, organize e mobilize a categoria, baseando-se em sua capacidade de luta e não em sua inércia.

Em Porto Alegre

derrota dos 20%.

foi o ponto alto

da categoria

A campanha pelos vinte por cento realizada no ano passado foi o momento mais avançado da organização dos jornalistas de Porto Alegre. Em todas as redações surgiram novas formas de organização e, o que é de destacar, pela primeira vez os trabalhadores jornalistas realizaram um movimento de baixo para cima, com a participação direta das bases em todo o seu desenrolar.

Evidentemente, pelo próprio fracasso do movimento, fica clara a existência de muitos erros táticos na mobilização e isso pode ser constatado a partir dos erros registrados nas tentativas de organização feitas nas diversas empresas.

MÁ INTERPRETAÇÃO

O grupo Guariba-Caldas Júnior reconheceu a existência dos delegados sindicais, embora não tenha concedido imunidade no acordo firmado por ocasião do dissídio do ano passado. Em cada redação foi eleito um delegado, e o primeiro erro foi a realização de eleições sem a necessária discussão de sua importância e sua função.

O resultado foi que tanto as redações quanto os delegados que estas elegeram interpretaram mal o papel destes representantes. Os delegados, porque muitas vezes consideraram seu papel como representantes do sindicato perante os trabalhadores, enquanto dos trabalhadores perante o sindicato e perante a empresa. E as redações, por transferirem para seus representantes o papel que caberia a si no movimento, alienando-se do processo em consequência de já se sentirem representadas nele. Este último dado distorce ainda mais o entendimento que os delegados tinham de seus cargos, e estes passaram a falar em nome dos trabalhadores sem a realização de reuniões para discutir opiniões, sem respaldo e sem representatividade, em última análise.

REPRESENTANTES

Os equívocos registrados na Caldas Júnior ocorreram em menor escala na Rede Brasil Sul de Comunicações, que congrega a Rádio e TV Gaúcha e o Jornal Zero Hora. Apesar dos delegados sindicais não serem aceitos pela empresa, mesmo sem imunidade, lá chegou a existir um Conselho de Representantes com cerca de 20 membros, cada um escolhido por seu respectivo setor dentro da empresa. O Conselho de Representantes da RBS cumpriu com seu papel na maior parte dos casos, por ser um órgão dinâmico, inclusive do ponto de vista da renovação de seus membros, pela orientação acertada de seu funcionamento, sempre no sentido de reunir as posições dos trabalhadores

de toda a empresa após a discussão em cada setor, e pela proximidade física dos representantes com suas bases. O conselho se desintegrou em consequência do recesso que seguiu o fracasso dos 20 por cento, não em função de sua atuação mas dos erros acontecidos durante a campanha como um todo.

Menos eficaz foi a Comissão Paritária (proposta pela própria Direção da RBS) onde os jornalistas pretenderam negociar com a empresa as reivindicações negadas no processo de dissídio. De maneira geral aconteceram problemas semelhantes aos ocorridos na Caldas Júnior, devido à distância entre os representantes (todos membros da direção do Sindicato) e as bases, e a infeliz auto-determinação destes representantes em momentos cruciais. O resultado

DESMOBILIZAÇÃO

Após a derrota na campanha dos 20 por cento, devida principalmente à falta de uma organização menos casuística e imediatista como a que os jornalistas tinham na época, a desmobilização foi geral. Mesmo nos últimos meses, quando as duas grandes empresas estão passando por processo de dissídio, não têm sido alcançados os níveis de participação do ano passado.

No entanto, existe a consciência cada vez mais forte da necessidade de uma organização permanente da categoria, para a discussão e luta por seus direitos. As últimas campanhas, vitoriosas ou não, demonstraram mais uma vez também o "quem é quem" dentro da luta sindical. E se esta realidade não é entusiasmante para muitos que guardavam ilusões, o seu

uma concentração de protesto contra arbitrariedades cometidas pelos diretores da Bloch Editores S.A. Esta empresa é aquela que edita as revistas Manchete, Fatos e Fotos, Amiga, EJe/Ela, Desfile, Sétimo Céu e outras. A concentração foi organizada pelo Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro e teve por objetivo denunciar e tomar posição a respeito do clima de perseguição existente na empresa.

A luta pelos vinte por cento também foi discutida na concentração, o que levou os profissionais de imprensa à decisão de continuarem sua luta pela conquista de um piso de cinco salários mínimos, reposição de vinte por cento não compensável por ocasião do dissídio coletivo, reconhecimento, por parte dos patrões, das comissões de redação, cumprimento do horário estabelecido por lei para os jornalistas profissionais e seguro contra acidentes para profissionais em viagem.

RESULTADO FAVORÁVEL

Saívo uma pequena nota em página interna da Folha de São Paulo, nenhum outro jornal da grande imprensa noticiou o fato, apesar da presença de jornalistas, líderes sindicais, sete deputados e um vereador da oposição, diretórios acadêmicos de universidades do Rio, Comitê Brasileiro pela Anistia e dois caminhões da polícia militar com soldados armados de metralhadoras no local, inicialmente marcado para a concentração — em frente ao Edifício Manchete na Praia do Russel.

No entanto, os jornalistas foram obrigados a realizar a concentração a alguns quarteirões de distância da Manchete, pela presença ostensiva da polícia, como é de praxe nessas ocasiões. Os manifestantes portavam cartazes com dizeres "Abaixo a repressão fascista na Bloch"; Estamos em silêncio para que nos ouçam" e lançavam palavras de ordem como "Greve Geral".

O resultado disso tudo foi favorável para a classe dos jornalistas. Os patrões, na sua maioria, aceitaram o protesto com exceção de Adolfo Bloch, que quarenta e oito horas depois havia demitido cerca de dez jornalistas.

Pelo menos isto serviu para mostrar o que a categoria pode conquistar a partir da existência de um sindicato combativo que assuma realmente seu papel representativo e lute junto com a classe por melhores condições de trabalho. Esta melhora das condições de trabalho significa a eliminação da ditadura nas redações sendo a vitória maior da classe carioca a mobilização de mais de trezentos profissionais além da sensibilização de outros setores da sociedade.

Experiência
Organização
Experiência
Organização
Experiência
Organização

foi um documento de várias páginas com uma única conclusão: nenhuma reivindicação seria atendida.

ORGANIZAÇÃO

Nas chamadas pequenas empresas (todas com exceção da CJJ e RBS) existiram algumas tentativas de organização, inclusive em promover eleições para representantes de setor, e com exceção do Diário de Notícias, todas a partir da iniciativa da comissão de mobilização formada em uma das primeiras assembleias gerais dos 20%. No entanto, em nenhuma delas a organização se manteve, seja por falta de conscientização ou por repressão direta dos patrões. No Diário, devido ao razoavelmente pequeno número de profissionais existentes, foi possível a prática da chamada "democracia direta", em que todos participam e ninguém delega poderes a ninguém, com excelentes resultados.

conhecimento está sendo útil àqueles jornalistas interessados no avanço da luta da categoria, de maneira mais consequente e realista, segundo a opinião geral.

Jornalistas em
ato público de
protesto no
Rio de Janeiro

Fevereiro de setenta e nove. Cerca de trezentos e cinquenta jornalistas participaram, no Rio de Janeiro, de

GREVE

GREVE



GREVE

Todos os jornalistas sabem que a greve é a única arma que tem o trabalhador para forçar o patrão a melhorar os salários. E tem sido, nas últimas campanhas salariais da categoria aqui em Porto Alegre, a forma de luta considerada por muitos como a mais correta. Nada ou quase nada vem sendo feito, porém. Os reajustes salariais não passam dos índices oficiais. Ou ficam em esmolas de um por cento acima do índice. Há quase 17 anos, entretanto, a situação foi diferente. E os patrões tiveram que se entregar.

Se ainda fosse vivo, seu Henrique Cafofo certamente ia se lembrar da sala 22 de Setembro, lá naquele bar antigo, meia caminhada até o morro de Santa Teresa. Era o bar das conversas depois do expediente, das discussões sobre mulher, política e futebol, sobre as intrigas nos bastidores do rádio e da televisão (recém-nascida) gaúchos. O bar da fofoca. Que um dia alguém achou muito simplório, muito comum, vergonhoso, e rebatizou: Cafofo. Detrás prá diante fica muito mais bonito.

Certamente a data do batismo foi comemorada com muita alegria, muita cerveja e os sanduíches especiais. Mas a festa de 22 de setembro de 1962 teve muito mais emoção. Era uma festa de vitória. Uma festa que faria história. Era a festa da primeira e única. Da greve na Farroupilha, na TV Piratini, na Princesa. Além do mais, o Sindicato estava pagando: foram 300 cruzeiros em cerveja e outros quatro nos sanduíches especiais.

Antes da festa, teve luta. Não a luta de um dia pro outro. Não a luta das assembleias onde todo mundo estava a fim de defender o seu. Teve a luta jurídica, as conversas entre os trabalhadores de cada empresa, teve a Associação — diretoria eleita pelo voto direto e secreto. Diretoria que se encontrava quase todos os fins de tarde no bar Dona Maria, ali atrás da volta dos bondes.

O bar dona Maria queimou. E que bom seria — para os patrões e para o governo — se as coisas lá discutidas tivessem também virado cinza. Mas não viraram, mesmo que na época fossem fogo/queimando a língua de cada um, o trabalho de cada dia. Fossem fogo de quem está quase-quase conseguindo criar seu sindicato — instrumento de reivindicação trabalhista — e já tem, enquanto Associação, delegados escolhidos em cada empresa.

Finalmente, no dia da Independência dos Estados Unidos, os trabalhadores recebem sua Carta Sindical. É eleita a primeira diretoria. Lauro Hagemann — que mais tarde sofreria por três vezes a ação da ditadura sobre sua cabeça, nas intervenções de 64 e 67 e na cassação de 69 na presidência.

Inicia a Luta

Não chegou a passar um mês. Sem sede nem dinheiro, mas confiante em ser a representante da categoria

organizada, a diretoria convocou a primeira Assembleia Geral. Assembleia de dissídio para todos os trabalhadores das 14 — “ou 15”, diz Hagemann — empresas de rádio e na única empresa de televisão, a Piratini.

Foi num domingo à tarde e certamente não poderia estar chovendo. No salão nobre do extinto IAPI (Instituto de Assistência Previdenciária aos Industriários), na Borges de Medeiros, estavam reunidos mais ou menos — mais — 300 trabalhadores. Rádio-atrizes/atores, operadores, locutores, o pessoal das notícias.

O salão estava lotado, tinha gente pelos corredores, gente em tudo quanto era canto. Na pauta, salários, condições de trabalho. “Foi uma vitória”, diz o líder sindical ex-cassado, lembrando que “a categoria nunca tinha se reunido. Era a primeira Assembleia de dissídio”. Muito se falou. O clima era de democracia e todos tinham direito à palavra — todos trabalhavam, afinal de contas. “Era aquela choradeira”, recorda Hagemann, “todo mundo falando de seus problemas, se repetindo, mas a gente deixava. Quando via que todo mundo tinha falado, tentava reunir os pontos: bem, as questões são essas, nós (a diretoria) achamos que pode ser por aqui, o que vocês acham?”.

Naquela primeira assembleia foram aprovadas as reivindicações da categoria e delegados poderes à direção do Sindicato para que iniciasse as negociações. Na época havia uma dificuldade (?) para o rápido encaminhamento das exigências dos trabalhadores: ainda não tinham constituído o sindicato patronal. Os empregadores ainda não tinham sentido a necessidade de também se organizarem para o enfrentamento com seus empregados.

Era uma dificuldade para a liderança sindical, muito bem utilizada pelos patrões. O dissídio era unificado, mas as negociações, individuais. Então, quando um patrão resolvia aceitar as reivindicações, outro dizia que não. E dê-lhe sindicato a correr de um lado para o outro. Pelo menos, não precisava lançar editais para cada Assembleia que ia sendo realizada. A primeira havia sido declarada permanente.

Aos poucos, os patrões iam entregando os pontos. Mas alguns continuavam ficando o pé no “não”, o que levou a categoria a se declarar “em iminência de greve” — uma

situação jurídica que apressaria as negociações. Realmente, todos acabaram cedendo, com exceção de dois. Néelson Dimas de Oliveira, superintendente dos Diários e Emissoras Associadas — aqui no Sul, Rádio Farroupilha e TV Piratini — e Nei Pertile, da Rádio Princesa.

Lauro Hagemann não faz qualquer comentário sobre os irredutíveis, mas um grevista lembra de tudo muito bem. Nada reclama de Oliveira — claro representante patronal —, mas acusa o proprietário da Princesa: “baita dum ignorante, um imbecil”. Os patrões achavam um absurdo a reivindicação classista. E não pretendiam ceder.

Tomada a Decisão

Era uma sexta-feira, 21 de setembro de 1962. Assembleia geral comemorativa ao dia do Rádio. “Mero pretexto”, diz Hagemann. “Decisiva”, garante o então redator da Farroupilha Manoel Almeida. Foi a Assembleia da Greve. Recorda ainda que naquela assembleia chegou a notícia de que os últimos recalcitrantes davam o braço a torcer. Sobravam apenas dois. E saiu a decisão: à meia-noite do dia 21 foi iniciada a primeira e única — até agora — greve nas empresas de rádio-televisão gaúchas.

A assembleia — democrática e soberana — decidiu tudo: a hora, os piquetes, a forma de comunicação, o Comando Geral e seu local de reunião — a sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Eletricidade. Os trabalhadores da Telefônica, como outras categorias, também deram seu apoio.

Ninguém tinha medo da greve. Era uma vantagem: “nós sabíamos que a polícia não ia interferir”, conta Lauro Hagemann, lembrando que na madrugada do dia 22 o então governador interino, o secretário Ajadil de Lemos, do Interior e Justiça, foi até o Comando garantir a segurança dos grevistas, prometendo que não ia ter polícia.

As mulheres — rádio-atrizes e locutoras — foram imediatamente deslocadas para a cozinha. Eram responsáveis pela intendência. Grevistas, eram responsáveis pela sustentação física da greve.

Os homens foram para os piquetes. Dez, doze, quinze, decididos a vencer quem quer que fosse, de qualquer forma, a não furar a greve, a não entregar os ossos para o patrão, a juntar forças ao movimento reivindicatório. Piquetes

saíram decididos a danificar os transmissores de uma emissora aqui, outra lá; uma forma aqui, outra acolá. Houve até casos divertidos, como o de Flávio Silveira.

Tesoureiro do Sindicato, acabou sendo destacado para, na manhã do dia 22, levar sanduíches ao piquete da Serraria, onde os grevistas ainda não tinham decidido se arrebentavam ou não o poste de luz, que também fornecia energia para o quartel. No meio do caminho, cagueira em Silveira, que só tem no bolso o *script* da rádio-novela — era radiador, tivera gravação na noite do dia 21. Se usar, se identifica. Se não, fica sujo. O certo é que foi pro mató e sua decisão levada para o túmulo.

A Ação dos Piquetes

No centro, não havia tanta festa. Desde a meia-noite, o piquete estava no Edifício Rosário, onde funcionavam a Rádio Farroupilha, no 22º andar, e Princesa, no 21º andar. Os grevistas só esperavam os primeiros a aparecer. Enquanto isto, consumiam os sanduíches preparados pelas mulheres. Passaram as horas, até as seis, quando as emissoras deviam voltar a transmitir.

Era difícil saber o que estava para vir. De certo tinham que ninguém dali entraria nos elevadores para botar as rádios no ar. Outros, porém, poderiam. Não Pertile, que já era favas contadas: a Princesa não tinha luz elétrica, os fios haviam sido cortados. Mas, e os fura-greves dos Diários e Emissoras Associados?

No Morro da TV já se tinha encontrado uma solução: um imenso poste de luz atravessado na porta da Piratini. Só entrou, mesmo, Renato Cardoso. Mas o diretor da emissora estava sabendo, fóra advertido: “Se entrar, não sai mais”. Não acreditou, mas também não ganhou os sanduíches que horas depois mandou buscar no Cafofo.

O clima era outro cá em baixo. Pouco antes da hora da Farroupilha voltar ao ar, o diretor Dimas de Oliveira conseguiu abrir caminho pela Galeria do Rosário. Estava acompanhado por Ênio Melo, comentarista de esportes, e Glênio Peres, do Departamento de Promoções.

Eram os fura-greves. Como iria reagir o piquete? Como gente que estava lutando por melhoria salarial, que precisava dela: “na porrada”. E foi o que levou Glênio Peres, de

um agressor até hoje não identificado, mas certamente muito conhecido. De qualquer forma, surrados e desprezados, os furões conseguiram subir, acompanhando o representante do patrão.

Para o Morro, subia um caminhão de brigadianos. Os do piquete, assustados. Parou o caminhão, desceu o tenente, bateu continência, “estamos aqui para garantir a segurança de vocês”. Enquanto isto, Ênio Melo e Glênio Peres — que mais tarde se declarou arrependido — comandavam o espetáculo na Farroupilha.

A toda hora diziam que a emissora funcionava em estado precário por causa de greve. E, às duas da tarde, tiveram que colocar no ar o comunicado da direção da empresa que se entregava aos grevistas, como fazia a Princesa. Concordavam com o reajuste de 64%.

As Lições da Greve

Onze mil e 200 cruzeiros era o mínimo dos radialistas na época, passando depois da greve para 18 mil e 300. A greve fora vitoriosa, as reivindicações estavam atendidas, a categoria tinha passado a prova dos nove. Agora, era mandar ver.

E os trabalhadores nas empresas de rádio e televisão mandaram ver. “Não adianta”, garante o experiente Hagemann, “greve é a única linguagem que o patrão entende. Nós ficamos respeitados e podíamos reivindicar: é isto que nós queremos. Se não, vamos à greve. Se vocês não conversarem direitinho, nós baixamos o porrete”.

Exatamente. Foi através da greve que a imagem patronal dos trabalhadores no setor da comunicação se modificou. Foi pela ameaça que os radialistas, em 1963, conseguiram 100% de aumento. E por causa da greve os então considerados *enfants terribles* da comunicação foram perseguidos pela ditadura militar, com duas intervenções e a cassação do presidente do Sindicato.

Sindicato que surgiu para defender a categoria e levar adiante suas lutas. Sindicato que sabia ser a categoria organizada e que representava seus interesses, através do encaminhamento democrático das discussões e, principalmente, das decisões. Sindicato que não era extensão do INPS, nem clube recreativo.